

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Corrêa Machado

**ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E FAMILIARES PARA O ACESSO A
DIREITOS SOCIAIS**

Santa Maria, RS
2017

Letícia Corrêa Machado

**ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
INSTITUCIONAIS E FAMILIARES PARA O ACESSO A DIREITOS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Prof.^a Valeska Berman Machado

Santa Maria, RS
2017

Letícia Corrêa Machado

**ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
INSTITUCIONAIS E FAMILIARES PARA O ACESSO A DIREITOS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Aprovada em 11 de dezembro de 2017:

Valeska Berman Machado, Me. (UFSM)
(Orientadora/Presidente)

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

A minha família: Valdenir e filho Ramon.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelas bênçãos alcançadas durante minha trajetória acadêmica e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste estudo e, especialmente, agradeço:

à minha professora/orientadora Valeska Berman Machado pela dedicação profissional, acompanhamento contínuo das minhas produções e reflexões no período de estágio e na confecção deste trabalho;

à professora Cássia Engres Mocelin que me auxiliou na construção do conhecimento e na importância da fundamentação teórica do diário de campo;

à supervisora de campo Mírian De Agostini Machado pela disposição em me ensinar sobre as possibilidades e desafios de atuação do assistente social no Terceiro Setor;

à professora Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca pela disponibilidade em participar da minha banca de trabalho de conclusão de curso e pela qualidade de suas reflexões durante as palestras e nas disciplinas do currículo;

ao meu companheiro Valdenir pelo carinho e paciência que demonstrou no decorrer dos anos, inclusive durante o curso de graduação;

ao meu filho Ramon, amor incondicional, que compreendeu minha ausência ao dedicar-me às leituras e trabalhos acadêmicos;

aos meus pais, Lúcia e Joel, pelo incentivo nos estudos;

ao meu irmão Felipe, colega de curso e inestimável amigo;

à Rosane que também é colega de curso, pelas produções conjuntas de trabalhos acadêmicos e amizade;

Enfim, a todos aqueles que contribuem para meu crescimento espiritual, profissional e pessoal através de diferentes saberes.

É a partir da legitimidade profissional, da relativa autonomia que a condição de profissional liberal/de nível superior nos confere, dos espaços sócio-institucionais, dos recursos e dos conhecimentos que tanto a formação graduada oferece, como a formação permanente poderá oferecer, que o assistente social, pela mesma ação de responder às requisições institucionais, pode favorecer individual e coletivamente os diferentes segmentos da classe trabalhadora com os quais mantém contato direto (no atendimento individual e em grupo) e indireto (na identificação, divulgação e fortalecimento dos organismos de representação da classe trabalhadora e dos movimentos e lutas sociais).

Ana Maria de Vasconcelos (2015)

RESUMO

ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E FAMILIARES PARA O ACESSO A DIREITOS SOCIAIS

AUTORA: Letícia Corrêa Machado
ORIENTADORA: Prof.^a Valeska Berman Machado

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta parte da experiência de estágio supervisionado I e II durante o Curso Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria nos períodos: setembro a dezembro/2016 e março a agosto /2017, na Associação Orquestrando Arte. Fundada em 2014, caracteriza-se como instituição beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, possui mais de 120 (cento e vinte) alunos de 6 a 29 anos de idade os quais recebem o atendimento do Serviço Social através do acolhimento, encaminhamento e acompanhamento social, também estendido aos familiares, sendo que, através disso e das oficinas - Apoio Pedagógico, da Família, Artes Integradas e Formação Humana - a Associação aproxima os usuários dos direitos sociais. A Orquestrando Arte não dispõe de recursos fixos governamentais, dependendo da sensibilização de empresas e da sociedade no recebimento de produtos e serviços para as diversas oficinas. A assistente social, que também é gestora, sensibiliza patrocinadores/colaboradores para mostrar a importância do serviço prestado. O estágio permitiu ponderar sobre a dimensão do fortalecimento de vínculos, tanto institucionais quanto familiares, com relação à relativa autonomia do assistente social neste espaço do Terceiro Setor. Nesta perspectiva, realizou-se a intervenção da estagiária onde buscou-se fortalecer os vínculos familiares e institucionais dos participantes através da elaboração de um livro-foto institucional, no qual os alunos e familiares puderam contribuir coletivamente através de suas percepções sobre a Associação. Além disso, o livro-foto compilou parte da história da Instituição, as leis norteadoras utilizadas pela mesma e tornou-se um registro/documento institucional.

Palavras-chave: Associação Orquestrando Arte. Estágio. Serviço Social. Terceiro Setor. Fortalecimento de vínculos.

ABSTRACT

ORCHESTRATING ART ASSOCIATION IN STRENGTHENING INSTITUTIONAL AND FAMILY LINKS FOR ACCESS TO SOCIAL RIGHTS

AUTHOR: Letícia Corrêa Machado
ADVISOR: Prof.^a Valeska Berman Machado

This Work of Conclusion Course presents part of the supervised traineeship experience I and II during the Bachelor's Degree in Social Work of the Federal University of Santa Maria from September to December 2016 and from March to August 2017 at the Orchestrating Art Association. Founded in 2014, it is a non-profit social welfare charity institution. It has more than 120 (one hundred and twenty) students from 6 to 29 years old in which they receive Social Work assistance through the reception, referral and social support also extended to family members; and through this and the workshops - Pedagogical Support – Family - Integrated Arts and Human Education - the Association let the users closer to social rights. Orchestrating Art does not have fixed government resources, depending on the awareness of companies and society in the receipt of products and services for the many workshops. The social worker, who is also a manager, sensitizes sponsors / employees to show the importance of the service provided. The traineeship allowed us to consider the extent of the strengthening of institutional and family ties with respect to the relative autonomy of the social worker in this area of the Third Sector. In this perspective, the intervention of the trainee was carried out where she sought to strengthen the family and institutional ties of the participants through the elaboration of an institutional photo book, where the students and their families could contribute collectively through their perceptions about the Association. In addition, the photo book compiled part of the Institution's history and the guiding laws used by it and became an institutional record / document.

Keywords: Orchestrating Art Association. Traineeship. Social Work. Third Sector. Strengthening of links.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Oficinas diárias oferecidas pela Associação Orquestrando Arte	43
Imagem 2 - Instrumentos musicais dentro da oficina Artes Integradas	46
Imagem 3 - Proveniência dos recursos da Associação Orquestrando Arte.....	46
Imagem 4 -Organograma da equipe permanente da Associação Orquestrando Arte	48
Imagem 5 - Instrumentais mais utilizados pelo Serviço Social na Instituição	50
Imagem 6 - Parte do percurso dos Direitos Sociais que perpassam a Associação Orquestrando Arte	52
Imagem 7 – Cronograma de realização das atividades interventivas: Projeto A Orquestrando Arte no fortalecimento de vínculos familiares e institucionais	55
Imagem 8 - Ação interventiva com alunos	57
Imagem 9 - Ação interventiva com alunos	57
Imagem 10 - Algumas produções dos alunos na ação de estágio	58
Imagem 11 - Abordagem da estagiária na ação com as famílias	60
Imagem 12 - Composição do livro-foto - Capa do livro	62
Imagem 13 - Composição do livro-foto - Leis e norteadores de ações institucionais	63
Imagem 14 - Fotos das ações com pais/responsáveis e com alunos, síntese do questionário com os pais/responsáveis	63
Imagem 15 - Algumas fotos dos desenhos dos participantes.	63
Imagem 16 - Devolução de dados aos alunos da tarde	64
Imagem 17 - Devolução dos dados aos familiares dos alunos	65
Imagem 18 - Assistente Social com as famílias na oficina Da Família	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SOCIEDADE CIVIL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS	16
2. 1 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	17
2. 2 SOCIEDADE CIVIL E A BUSCA PELOS DIREITOS SOCIAIS	21
3 SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS: MUDANÇAS DE CONCEPÇÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	26
3. 1 REFLEXÕES SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO	27
3. 2 O DIRECIONAMENTO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO.....	31
3. 3 GESTÃO INSTITUCIONAL COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	34
3.3.1 O empreendedorismo social como alternativa para as demandas sociais	38
4 REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE.....	42
4.1 A ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE E A MEDIAÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS.....	43
4. 1. 1 O Serviço Social na Associação Orquestrando Arte	49
4. 2 VIVÊNCIA DE ESTÁGIO: A ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E FAMILIARES	54
4. 2. 1 A devolução de dados aos usuários através do livro-foto	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão faz parte de uma das disciplinas finais do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Por meio dele, busca-se sintetizar o processo formativo do acadêmico em consonância com os aspectos teóricos e práticos os quais permeiam o cotidiano do estagiário. Segundo Silva (2010):

a universidade enquanto instituição de ensino deve ser vista como um patrimônio social que se caracteriza por sua dimensão técnico-científica, mas também como formadora e difusora de princípios éticos e uma capacidade crítica de pensar as relações sociais a partir de sua inserção na realidade social e formação de quadros intelectuais. Por isso, ela pode exercer uma função estratégica na formação de identidades sociais e contribuir com o protagonismo no processo da construção de questionamentos críticos e práticas contestatórias (SILVA, 2010, p. 411).

Neste sentido, compila-se tanto as reflexões advindas das bibliografias utilizadas no processo de aprendizado, durante as aulas do curso na UFSM, quanto a vivência proporcionada pela prática de estágio curricular. Torna-se necessário que o assistente social, no exercício profissional, possua “reflexão crítica e propositiva” (CRESS-MG, 2010, p. 4) nas suas ações, considerando o processo histórico e sócio-institucional vigente, o qual, muitas vezes, limita as suas práticas, tornando-se primordial que o mesmo se integre e organize-se politicamente para que o projeto ético-político seja seguido.

O nosso grande desafio, hoje, é avançar nessa direção, o que impõe a necessidade de construção de condições intelectuais através da formação profissional, da pesquisa e da produção de conhecimento. Trata-se, ainda, de aprofundarmos o compromisso por meio do fortalecimento da organização política e da articulação das lutas no âmbito da profissão e junto às demais forças da sociedade, no intuito de contribuir para a construção de respostas adequadas às contraditórias demandas colocadas ao Serviço Social (CRESS-MG, 2010, p. 4).

A formação e o exercício profissional do assistente social são permeados por desafios que podem ser superados por meio do levantamento, pesquisa, da produção de conhecimento e da divulgação não só aos profissionais da área, como também aos que buscam o entendimento sobre o Serviço Social na contemporaneidade.

Segundo Yazbek (2009, p. 11), o assistente social: “não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dispendo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de

seu trabalho”, pois, apesar de regulamentado como profissão liberal desde 1949, situa-se na lógica do sistema capitalista que influencia no cotidiano de suas atuações. Segundo Goin, Rendueles e Prates (2016):

apesar de ter estatuto liberal, seu exercício está atrelado a uma instituição que lhe possibilita os meios de trabalho necessários para seu exercício, em face da institucionalização das demandas sociais, sob a qual realiza seus processos interventivos. (GOIN; RENDUELES; PRATIS, 2016, p. 75).

Diante disso, as ações profissionais não só dependem dos objetivos individuais, mas sobretudo do condicionamento de atitudes das instituições em que se encontram, nas peculiaridades das manifestações da questão social e no engessamento das políticas sociais. Através do processo de redemocratização do país em meados de 1980:

[...] passa-se a edificar, nesse cenário conjuntural, objetivos, atribuições e competências profissionais à luz de um projeto profissional com clareza ético-política, sustentada por fundamentos teórico-metodológicos críticos, os quais darão as bases para os processos interventivos contemporâneos, a partir de uma dimensão técnico-operativa que supere o aparente e empreenda o desocultamento das contradições sociais e a projeção política. (GOIN; RENDUELES; PRATIS, 2016, p. 75).

O projeto ético-político do Serviço Social faz o direcionamento necessário para o exercício profissional e busca, por meio da instrumentalidade, a aproximação da teoria com a prática, as quais mediarão as relações dos usuários com as políticas sociais na perspectiva da “autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, princ.I) conforme sugere o código de ética da categoria.

Na perspectiva de acesso aos direitos, identifica-se o Terceiro Setor que é considerado como uma esfera não estatal e não mercantil e surgiu num contexto de desresponsabilização do Estado, desoneração do capital e da autorresponsabilização do cidadão [...] para dar resposta à questão social” (SAMPAIO, 2017, p. 21), servindo como alternativa na inclusão social.

Muitas vezes, na atuação do assistente social, dentro do Terceiro Setor, não atrelado ao Estado nem ao mercado, há problemáticas em relação aos meios que deverão ser utilizados para a garantia de direitos da população atendida, pois muitas das instituições deste contexto não dispõem de recursos governamentais fixos para

o funcionamento, levando os profissionais à busca de estratégias para o desenvolvimento das atividades.

A partir desta problemática, buscaram-se possíveis caminhos e alternativas para a dimensão profissional do assistente social no Terceiro Setor para o fortalecimento de vínculos dos usuários com as instituições e para o aumento de vínculos familiares, a fim de promover equidade social e êxito nas ações desenvolvidas dentro da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) de 2004.

Para tanto, o tema abordado neste trabalho surgiu diante das inquietações e possibilidades verificadas na prática de estágio curricular na Associação Orquestrando Arte durante o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017. As disciplinas de estágio I e II foram acompanhadas continuamente pela supervisora acadêmicas e também pela supervisora de campo. O contexto de estágio permitiu ponderar sobre a dimensão do fortalecimento de vínculos, tanto institucionais quanto familiares, com relação à relativa autonomia do assistente social neste espaço do Terceiro Setor.

Na construção do aprendizado acadêmico surgiram reflexões importantes no campo de estágio que proporcionaram a elaboração desse trabalho de conclusão. Segundo Severino (2007, p. 127), “O desenvolvimento de um processo investigativo não pode realizar-se de forma espontânea ou intuitiva; ele precisa seguir um plano e aplicar um método”. Assim, o planejamento é utilizado para aproximar as concepções teóricas da intervenção da futura profissional nas manifestações da questão social.

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para a análise dos dados (DESLANDES, 1994, p. 43).

A metodologia envolve todo um processo de informação sobre o campo a ser analisado, as respostas que busca-se e as propostas a serem aplicadas para que a análise seja próxima daquela realidade. Neste trabalho utilizou-se o levantamento com aplicações qualitativa e quantitativa como forma de conhecer o campo de análise. Segundo Minayo (1994):

a diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 1994, p. 22).

Assim, as concepções qualitativa e quantitativa, tornam-se aliadas à busca da compreensão através dos dados objetivos junto com os subjetivos, “se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22) de modo que sejam facilitadoras para as análises dos investigadores.

A abordagem quantitativa deu-se com a aplicação de questionários aos familiares/responsáveis pelos alunos onde identificou-se o número de participantes na intervenção durante a oficina Da Família e o levantamento do número de alunos.

A qualitativa desdobrou-se através de informações e análises bibliográficas sobre autores provenientes do Serviço Social, embora reconheceu-se a interdisciplinaridade para o construto; levantamento documental, através de leis/decretos que abordam sobre os direitos sociais; estudo de campo, por intermédio da observação cotidiana com os alunos da Associação, onde coletaram-se informações sobre os usuários, que foram analisadas paralelamente às bibliografias acadêmicas e documentos oficiais através de diário de campo.

Reduzir a intervenção social a um único modelo, a uma teoria exclusiva, que tudo possa abarcar, é um procedimento unilateral que não leva em conta a dinâmica da história, a historicidade dos processos, a especificidade e a dinâmica de cada conjuntura. (FALEIROS, 2011, p. 69).

Há necessidade de visualizar o campo de forma abrangente dentro da história. Na Associação foram utilizadas algumas técnicas que contribuem para a investigação no campo (SEVERINO, 2007): *Observação* em diferentes dias nas oficinas e no plantão social; *questionário* aos familiares e alunos, no qual puderam expressar o sentimento sobre a Instituição; e *documentação* por intermédio de fotografias, fichas sociais, estatuto institucional e trabalhos acadêmicos anteriores, nos quais referiam-se a Associação. Na observação, a estagiária buscou perceber a rotina institucional através da sensibilidade aliada à reflexão epistemológica para que, através das interações, fosse possível desvendar características das manifestações da questão social.

A observação, enquanto instrumento profissional, não se dá de forma casual e espontânea, mas através de um planejamento, de uma ação refletida que sabe aonde quer chegar, o que pretende fazer, o que precisa conhecer (PORTES; PORTES, 2016, p. 69).

Com o questionário buscou-se a compreensão a respeito do que os familiares/responsáveis pelos alunos entendiam sobre o atendimento institucional e sugestões acerca dos trabalhos realizados pela mesma. Considera-se questionário uma “Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações” (GIL, 2008, p.121), assim potencializando as expectativas das pessoas à Orquestrando Arte. O questionário também foi utilizado com grupo de alunos, onde os mesmos demonstraram o significado da Instituição através de desenhos.

A documentação como técnica também auxiliou a estagiária, pois ao analisar as fichas sociais obteve um panorama da realidade socioeconômica e do acompanhamento do Serviço Social; as fotografias registraram diversas ações que contribuíram para a confecção das reflexões do diário de campo; ainda, a documentação materializada através do estatuto institucional e de trabalhos acadêmicos sobre a Associação ajudaram no esclarecimento dos objetivos institucionais e de concepções acerca das oficinas.

As análises dos dados coletados e respectivas interpretações foram reunidos e materializados através de diários de campo, artigos acadêmicos, produção do livro-foto institucional e nesse trabalho de conclusão de curso.

É importante lembrar que, na análise e interpretação dos dados, alguns pesquisadores, movidos pelo desejo natural de confirmação de suas hipóteses, tendem a escolher os dados que para isso se mostrem mais adequados em detrimento de outros. Por isso, na interpretação devem ser indicadas as bases que fundamentam as inferências obtidas, bem como o valor da generalização dos resultados para o universo considerado (GIL, 2008, p.183).

A veracidade dos dados coletados vai ao encontro dos propósitos elencados através do projeto ético-político profissional. Utilizou-se a ciência no aporte teórico, projeto de levantamento e devolução de dados. Em consonância com o compromisso ético da estagiária com a instituição de origem, o campo de estágio e seus usuários, estabeleceu-se a interdisciplinaridade para o entendimento das

manifestações da questão social e buscaram-se subsídios que auxiliarão outras pessoas a compreenderem a realidade relatada através deste documento.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. Após a explanação sobre o tema abordado e indicação de procedimentos utilizados, visualiza-se o primeiro capítulo que problematiza o acesso às políticas sociais através da inter-relação Estado e sociedade civil e apresentam-se reflexões sobre as dificuldades de acesso dos indivíduos aos direitos sociais.

Além disso, são identificadas algumas das estratégias utilizadas pelo Estado para o fortalecimento de suas ações e para a legitimação de poder, sinalizando a categoria trabalho como fundamental para o entendimento das relações sociais e para o acesso às políticas sociais.

O segundo capítulo aponta a interlocução do Serviço Social e dos desafios profissionais através das mudanças de concepções no trabalho profissional. Será enfatizado o direcionamento profissional através do projeto ético-político que auxiliou no processo de consolidação da profissão de assistente social, buscando o distanciamento das práticas profissionais anteriores ao Movimento de Reconceituação.

Na sequência, fala-se sobre a gestão como uma oportunidade de atuação do assistente social nas instituições. Considera-se a importância do planejamento na demanda dos objetivos institucionais e a probabilidade de emancipação dos sujeitos através do acesso aos direitos sociais. Serão apontadas possibilidades do profissional tornar-se empreendedor social na busca de soluções às desigualdades, por meio de ações que promovam impacto social - possibilidades e desafios profissionais além da perspectiva de lucro meramente econômico.

O terceiro capítulo localiza a Associação Orquestrando Arte, responsável pela gestão do Programa Orquestrando Arte – Incubadora Sociocultural Infantojuvenil, como uma instituição pertencente ao Terceiro Setor, que viabiliza diversas oficinas para crianças, adolescentes e jovens promovendo, assim, o contato dos alunos com a Arte.

Esse capítulo também destaca o atendimento estendido aos familiares dos alunos com a oficina “Da família” e o acompanhamento individual no plantão social –

importante instrumento que proporciona o contato dos usuários com o Serviço Social da Associação e facilita o atendimento às demandas destas pessoas.

Na sequência, terá uma síntese sobre o estágio em Serviço Social na Associação Orquestrando Arte e o desenrolar do projeto de intervenção: “A Orquestrando Arte no fortalecimento de vínculos institucionais e familiares” e, por fim, a avaliação das atividades desenvolvidas no processo interventivo.

Inclusive, dentro do terceiro capítulo, menciona-se não só a importância da relação dos aspectos teórico-metodológicos, estudados durante o curso de Serviço Social, como a atuação prática no campo de estágio; como também, o contato da estagiária com os instrumentais utilizados pela assistente social nas intervenções com os usuários. O produto final de estágio, o livro-foto, é apontado como importante estratégia de devolução de dados aos usuários.

Considera-se que a historicidade faz parte do processo de análise dos dados e da projeção de novas concepções, desde que se mantenha o projeto ético-político do Serviço Social como norteador de ações, visando a emancipação dos sujeitos para a equidade social.

Espera-se que durante as leituras outros estudantes e profissionais, tanto do Serviço Social quanto de outras áreas, possam utilizar as informações contidas nesse material para seus estudos, pesquisas e novas reflexões acerca da temática desse trabalho.

2 SOCIEDADE CIVIL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

Em breve reflexão sobre o Capitalismo no Brasil, verifica-se que o mesmo se originou (RIZOTTI, 2001, p. 40) “de uma situação de economia colonial”, cujo “desenvolvimento econômico e social brasileiro esteve sempre subordinado à dominação dos países capitalistas centrais”. Desde os primórdios, o Brasil colonial encontrava-se sob o domínio e interferência externa, situação que influenciou na sua maturação e restringiu sua autonomia e identidade cultural¹, contribuindo para a construção do Brasil contemporâneo.

¹A questão da identidade cultural é vista pela Antropologia como algo característico de determinada cultura, isto é, pode ser classificada como um conjunto de elementos que tornam uma sociedade diferente de outras, mesmo que haja a relação entre as mesmas.

Na atual conjuntura de “capitalismo tardio” (MELLO, 1986 apud RIZOTTI, 2001, p. 40), o Estado passou a ocupar o papel de mediador no processo de crescimento econômico, direcionado pelo capital estrangeiro, agora não mais pela metrópole², como na época do Brasil colonial, mas por outros países detentores do poder econômico, os quais acabaram por dificultar maneiras específicas de atuação e controle governamental de acordo com as especificidades sociais brasileiras. O que se prioriza, na atualidade, é o crescimento econômico visando a acumulação.

Diante do capital estrangeiro e de sua interferência nos procedimentos adotados no Brasil, constata-se que além da dependência econômica de outros países há também a subordinação cultural e política permeando as ações brasileiras. O Brasil não consegue proporcionar meios de acesso total das pessoas aos direitos sociais (BRASIL, 1988) gerando o não cumprimento do ideário constitucional de igualdade e oportunidade de direitos a todos. No entanto, a Constituição Federal (1988) sinaliza a abrangência da seguridade social³, assistência social, previdência social e saúde como elemento fundamental na aproximação da sociedade à equidade social, além de outras políticas que visem o indivíduo nas diferentes relações sociais.

2. 1 REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Segundo Behring e Boschetti (2010, p. 47), não é possível identificar com precisão o surgimento das primeiras práticas de políticas sociais, pois como “processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do Capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal”. A política social pode ser considerada um dos produtos do modo de produção capitalista através do qual considera-se como instrumento de enfrentamento da questão social, uma vez que por seu intermédio os direitos sociais poderão ser materializados.

²Portugal, na época da colonização brasileira, era a metrópole do Brasil. “Em termos históricos, a palavra metrópole era usada para falar das nações europeias em relação às suas colônias nos novos continentes.” Fonte: Significados. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/metropole/>>. Acesso em jul. 2017.

³É a partir do art. 194 (BRASIL, 1988) que a Constituição Cidadã referencia seguridade social: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

No entanto, a cidadania de todos, como conquista da civilização, mantém-se na pauta das lutas políticas; é que as desigualdades sociais não desapareceram e continuam a ser a expressão mais concreta da permanente tensão e presença dos destituídos de direitos. (CARVALHO, 2001, p. 14).

É através das políticas sociais que o Estado se relaciona com a sociedade civil na perspectiva de disponibilização das garantias. Porém, Iamamoto (2009) indica que, paralelamente à luta pela afirmação de direitos na sociedade contemporânea, existe a luta contra o próprio capital. Assim:

[...] verificamos que a questão social está vinculada à exploração do trabalho, resultante na divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo, sendo que a parcela maior fica detida nas mãos do capital e parcela mínima é distribuída entre os trabalhadores. Temos como resultado o embate capital/trabalho. (FAQUIN, 2013, p.15).

As desigualdades proporcionadas pelo Capitalismo levam o Estado a interferir como um instrumento na gestão dos direitos sociais, embora nem todas as demandas sociais sejam sanadas, fazendo com que as organizações da sociedade civil levem suas reivindicações ao poder público.

A definição de política social perpassa os limites do entendimento das “ciências sociais (incluindo a economia), da filosofia e da ética” (PEREIRA, 2008, p. 204), pois sua construção é através da interdisciplinaridade. Assim, pode-se compreender que:

genericamente, a política social é entendida como ação do Estado, gerida pelos governos, para atender às demandas e necessidades coletivas. Constitui um produto institucional que provê benefícios e serviços sociais, financiados pelo Estado e regulados administrativamente. Diferencia-se da política econômica por visar à coesão social e à melhoria das condições de vida de indivíduos e grupos; e divide-se em setores também classificados como sociais: saúde, educação, habitação, previdência, assistência social, emprego, dentre outros [...] a política social presta atendimentos – que podem ser universais ou seletivos, dependendo do regime de bem-estar em vigência – nos seus diferentes setores e nos três níveis de governo (municipal, estadual, federal). (PEREIRA, 2008, p. 204).

A descentralização caminha ao encontro da redemocratização. Tenta-se visualizar os indivíduos nos diferentes espaços ocupacionais e nas múltiplas interações sociais, reconhecendo a totalidade através das formas particulares e diferenciadas das manifestações da questão social (SILVA, 2013). Nessa direção, compreende-se que há demandas a serem atendidas através das políticas sociais,

sendo que o entendimento da problemática encontra-se relacionada a compreensão da dimensão do trabalho.

Referindo-se à Marx, Iamamoto (2012) identificou o trabalho como “atividade racional orientada para um fim, à produção de valores de uso, a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas” (IAMAMOTO, 2012, p. 40) através da criação de instrumentos que intermediam seus objetivos. Neste sentido, o trabalho humano diferencia-se de outras formas de trabalho, pois emprega-se a teleologia ao “projetar antecipadamente” (IAMAMOTO, 2012) o resultado final.

Com o modo de produção capitalista, surgiu um novo significado para o trabalho, o qual visa a troca do esforço físico pelo dinheiro, desencadeando novas relações sociais dos envolvidos. Segundo Woleck (2002):

na Modernidade, gradativamente, o trabalho foi sendo compreendido como ocupação econômica, transformando-se em emprego. Essa categoria passou a ser entendida como trabalho pago em dinheiro, fato típico do capitalismo. Também dos relatos históricos se extrai que, quase sempre, o trabalho e/ou a ocupação passaram a ser sinônimos de emprego. É no final do Século XIX, mais precisamente, que se dá a transformação do trabalho em emprego, em emprego protegido ou emprego com *status*, conduzido como compromisso social (WOLECK, 2002, p.13).

Assim, entende-se por emprego a regulamentação de um determinado trabalho no qual o empregador passa a ser o financiador da força, existindo regras e deveres a serem cumpridos de maneira formal, burocratizada. A “dificuldade de acesso ao emprego, a fragilidade e a precarização das relações de trabalho representam também a fragilidade na efetivação dos direitos sociais” (OLIVEIRA et al., 2005, p. 110), trajeto compreendido através das políticas neoliberais que defendem a não intervenção do Estado na economia tendo como um dos objetivos a liberdade de comércio – a qual aponta para o desenvolvimento social do país.

Segundo Dornelles (2006, p. 213), “A consolidação do modelo hegemônico neoliberal trouxe para a humanidade graves crises sociais, como o aumento significativo da exclusão social, da pobreza, da diluição de valores, com a flexibilização das instituições, das relações sociais e dos direitos.” Diante disso, os empregadores estabelecem ao trabalhador às regras do próprio mercado promovendo a competitividade entre os trabalhadores, submissão a jornadas

extensas de atividades, inclusive a substituição de postos de trabalho pelas máquinas e tecnologias.

Bastos (2002) condiciona uma das causas do desemprego contemporâneo ao avanço da tecnologia, chamando-a de “desemprego tecnológico” (BASTOS, 2002, p. 72) em que verifica-se a racionalização dos processos operacionais e a busca da eficiência produtiva, situação que desencadeará ao “desemprego estrutural [...] devido a reestruturação nas relações produtivas” (NETTO; SILVA, 2014 p.105), levando ao afastamento de um contingente que não possui competências de acordo com as especificidades exigidas no mercado de trabalho. Desse modo, o desemprego prejudica o acesso aos direitos sociais. Para Antunes (2009):

[...] o trabalho é, em si e por si, uma atividade vital. Mas, ainda no contraponto, se a vida humana se resumisse exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre com o mundo capitalista e sua sociedade do trabalho abstrato –, ela seria também expressão de um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. (ANTUNES, 2009, p. 12).

O referido autor problematiza a classe trabalhadora dentro de sua “heterogeneidade” (ANTUNES, 2009, p.114) e na dimensão das relações sociais, destacando a exploração utilizada pelos detentores do capital na obtenção de lucro. Uma das estratégias é a abertura de vagas no mercado de trabalho ao público feminino de maneira desigual e diferenciada do masculino, impondo às mulheres menores salários, sugerindo a estas “polivalência e multiatividade” (ANTUNES, 2009, p.109), de maneira similar a utilizada no trabalho doméstico, isto é, permeada de multifunções. Ainda, aponta a precarização do trabalho através de empregados “terceirizados, subcontratados” (ANTUNES, 2009, p. 104) e os que encontram-se inseridos na informalidade, condição que dificulta o acesso aos direitos sociais previstos através das políticas sociais.

Algumas das situações contraditórias das políticas sociais são destacadas através da ligação da política de assistência com a previdência social. Apesar de comporem⁴ a seguridade social brasileira, na relação entre ambas existe “polarização”, como uma “unidade de contrários”, na qual a presença de uma delas provoca a ausência de outra (BOSCHETTI, 2009, p. 48). Verifica-se que assistência e a previdência social complementam-se e afastam-se enquanto duas dimensões de

⁴Juntamente com a política de saúde.

um mesmo fenômeno⁵ como composição da proteção social. Isto quer dizer que enquanto há trabalho formal e/ou contribuição individual, conseqüentemente haverá subsídio para a previdência, levando o trabalhador a não ter o acesso à assistência, formando assim polos contrários do que seriam ambos direitos adquiridos.

Os procedimentos utilizados pelo capital para “desmontar” (BOSCHETTI, 2009) a seguridade reforçam a lógica dos seguros abrindo caminhos para os fundos de pensão, aumento do tempo de trabalho, de contribuição e de cálculos para obtenção do direito, fazendo com que o trabalhador acredite que a previdência privada satisfaz seus anseios futuros. O mesmo ocorre com a assistência social que, apesar de não-contributiva, o acesso aos “mínimos sociais” (BRASIL, 1993, art. 1º) é dificultado e excludente devido à renda dos trabalhadores.

Segundo Pereira (2008), na relação do Estado com a sociedade há uma dinâmica histórica em que cada uma das instâncias “têm particularidades e interesses próprios, embora interdependentes e, portanto, sem autonomia absoluta” (PEREIRA, 2008, p.135), isto é, há influência de um para o outro.

O Estado afasta as “classes dominadas excluídas do poder” (PEREIRA, 2008, p. 147) inserindo as demandas delas nas pautas estatais para “para poder legitimar e preservar o próprio bloco do poder” (idem). A partir disso, o Estado torna-se resistente aos movimentos das classes subalternas, pois através de algumas concessões consegue manter-se como um dispositivo legítimo e de interesse público.

2. 2 SOCIEDADE CIVIL E A BUSCA PELOS DIREITOS SOCIAIS

Apesar da Constituição Federal (1988) regulamentar o acesso dos indivíduos aos direitos sociais, verifica-se que o Estado não consegue efetivar-se como provedor absoluto destas garantias. A organização da sociedade civil elabora estratégias de aproximação dos seus direitos. Segundo Cunha (2010):

⁵Há de se considerar que tanto a previdência quanto a assistência social possuem em comum o elemento trabalho, pois para que haja contribuição na previdência, há necessidade de se ter uma renda.

[...] a noção de sociedade civil é frequentemente utilizada por atores e instituições que defendem as características positivas do terceiro setor. Embora não haja conceituação precisa, é possível afirmar que a ideia é utilizada para fazer referência ao conjunto de indivíduos, organizados em instituições (como no caso das ONGs) ou não (no caso dos voluntários), que não ocupam nenhum cargo político ou da administração pública. (CUNHA, 2010, p. 31).

A sociedade civil⁶ organiza-se de modo a requerer o acesso aos direitos. No caso, as ONGs (Organizações não Governamentais) são caracterizadas pela “utilização de recursos privados para fins públicos” (CUNHA, 2010, p. 33), localizadas no Terceiro Setor. Segundo Cunha (2010), o Estado é o Primeiro Setor, o qual por meio de recursos públicos aplica-os em fins públicos; o Segundo Setor é o mercado, o qual recorre a recursos privados para destino privado; o Terceiro Setor, aquele que arrecada meios privados para objetivo público. Para Lima (2016):

embora não exista uma definição precisa do que seja o terceiro setor, no Brasil, a maioria dos doutrinadores nacionais entende que se trata do conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos que prestam serviços de interesse público. (LIMA, 2016, p.13).

O Terceiro Setor tem na Lei nº 10.406, de 2002, conhecida como Código Civil, a legitimação do seu funcionamento, em que são consideradas (BRASIL, 2002, art. 44) “pessoas jurídicas de direito privado: I- as associações; II- as sociedades; III- as fundações, IV- as organizações religiosas (incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003); V- os partidos políticos (incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)”. As associações e fundações são comumente chamadas de ONGs, assimilação devido as mesmas não estarem relacionadas diretamente ao governo.

As ONGs poderão receber “o título de Utilidade Pública, obterem o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, ou ainda, ser qualificadas como Organização Social ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” (LIMA, 2016, p. 15) devido às atividades realizadas as quais encontram-se em conformidade com os dispositivos legislativos. A obtenção de credenciais solidifica concepções acerca da existência das instituições e, ao mesmo tempo, auxilia na fiscalização estatal dos procedimentos adotados em determinados espaços.

⁶Segundo Mendonça (2017), o conceito de sociedade civil gerou concepções diferenciadas por vários autores no que diz respeito a relação sociedade civil e Terceiro Setor. Apesar de Gramsci apresentar definição ampla da organização da sociedade civil nas diferentes esferas, não a limitando ao Terceiro Setor, neste trabalho consta a aproximação da sociedade civil com o Terceiro Setor.

A submissão do país a uma orientação macroeconômica externa ficou bem nítida com a política social direcionada a uma prática apenas focalista e precária no enfrentamento da “questão social”. Enquanto o desemprego estrutural e o empobrecimento da população se ampliaram em níveis alarmantes, intensificando a ocorrência de condições de trabalho precarizadas e sem vínculo empregatício, a ação reguladora do Estado ia diminuindo, passando a estimular a solidariedade e construindo modalidades de parcerias no que era para ser da sua responsabilidade para com o social. (MENEZES, 2010, p. 504).

Entende-se que ocorre considerável desresponsabilização do Estado ao não cumprir o papel de provedor e de facilitador dos direitos sociais sinalizados na Constituição Federal (1988). Sendo assim, a sociedade civil se organiza de maneira a construir possibilidades que aproximem os indivíduos das diferentes demandas.

Em relação à seguridade social, é importante destacar que apesar do Estado arrecadar grande quantidade monetária proveniente de impostos e de contribuições previdenciárias de empregados e empregadores, a gestão destes recursos depende da direção política e ideológica adotada pelos governantes.

Ainda que se apresentem como espaço neutro, as intervenções do Estado são, portanto, formas de reatualização ou de manifestação do padrão de domínio existente na sociedade. Embora financiadas com recursos extraídos da totalidade do público, o “interesse geral” que proclamam traduzem como intermediação estatal dos interesses particulares. (AUGUSTO, 1989, p. 108).

Apesar da imposição tributária à sociedade, entende-se que alguns setores são mais privilegiados do que outros dentro da aplicação de recursos governamentais, recebendo facilidades pelo Estado, que proporciona à grandes empresas o não pagamento ou negociações de tributos, concedendo benefícios que privilegiam os detentores do capital. Com isso, as necessidades e demandas sociais ficam em segundo plano. Nas palavras de Duriguetto (2005):

é, assim, generalizada a convicção da necessidade progressiva de criação de novos canais institucionais de representação de interesses que possibilitem a expressão e o reconhecimento das demandas populares no campo das políticas públicas e de canais não necessariamente institucionais que possibilitem a publicização, ou seja, o debate público acerca das identidades e práticas socioculturais. (DURIGUETTO, 2005, p. 92-93).

A autora reflete sobre a criação de novos modos de comunicação e de divulgação dos interesses e demandas, tanto nos espaços de controle social quanto nas organizações da sociedade civil. De acordo com Raichelis (1998 apud

DURIGUETTO, 2005, p. 93), “essa nova esfera pública não-estatal reduz a onipotência do Estado e aumenta o espaço decisório da sociedade civil”. Com isso, tem-se “[...] configurada a ideia de controle público sobre as ações do Estado mediante o fortalecimento das organizações da sociedade civil, capaz de limitar sua subordinação automática aos interesses puramente privados e mercantis” (1998 apud DURIGUETTO, 2005, p. 93). Devido às diferentes demandas sociais e às possibilidades de organização da sociedade civil, buscam-se respostas do poder público e criam-se estratégias de ação para reivindicar os direitos sociais. Como forma de organização, encontram-se também os espaços de participação e de controle social:

em tal perspectiva, a discussão das políticas públicas ganha relevância por seu caráter de mediação entre as demandas sociais e as formas como são incorporadas e processadas pelo aparato governamental. Vai ganhando força a ideia de que os espaços de construção e gestão das políticas sociais devem ser alargados para abrigar a presença ativa de novos sujeitos sociais. [...] é nesse contexto que temas como descentralização, participação, democratização, fortalecimento da sociedade civil passam a emergir com força, na perspectiva de aumentar as vozes e os atores [...] e enfrentar a tradição autoritária brasileira, presente não apenas no espaço estatal, mas nas múltiplas dimensões da vida social. (RAICHELLIS, 2011, p. 22).

A participação popular nas decisões dos recursos a serem aplicados pelos governantes é uma importante estratégia da sociedade para elencar as prioridades e a aplicabilidade dos recursos públicos. É através dos Conselhos de Políticas Públicas, Conferências e Orçamentos Participativos que se busca a democratização dos direitos civis, em que estabelecem-se as políticas a serem implementadas, bem como a possibilidade de fiscalização e do acompanhamento do que já foi realizado.

Contudo, “estes mecanismos não são os únicos onde se exerce o controle social. Não existe controle social sem a participação ativa da sociedade em associações, movimentos, fóruns, ONGs, etc.” (REPENTE, 2008, p. 2), uma vez que são nestes espaços que as particularidades são debatidas e, posteriormente, são construídos objetivos aos interesses coletivos. Através do trabalho, ou da sua ausência, visualizam-se as “necessidades humanas” (IAMAMOTO, 2012, p.17) e identificam-se várias das manifestações da questão social que permeiam os indivíduos.

A vivência do trabalho tem centralidade na vida dos indivíduos sociais. Extrapola o ambiente da produção e se espraia para outras dimensões da vida, envolvendo relações familiares, a fruição dos afetos, o lazer e o tempo de descanso, comprometendo a reposição das energias físicas e mentais, a duração da vida e os limites da noite e do dia. (IAMAMOTO, 2012, p.17).

Há necessidade de compreender as pessoas na totalidade de suas relações, considerando que não é só a falta de renda que limita as suas ações na sociedade contemporânea, mas também as interligações dos indivíduos nas diferentes esferas sociais. O acesso aos bens e serviços pode representar a concepção de que se atinge os direitos sociais, porém não promove com exclusividade a cidadania.

Esse é o terreno que atualiza a *luta por direitos*, fundamental em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. Um *projeto democrático* se constrói no jogo de poderes e contrapoderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constante dos atos de poder e na afirmação da soberania popular. (IAMAMOTO, 2007, p.166).

É importante destacar que além da ocupação dos espaços deliberativos, a participação em ONGs poderá proporcionar ao indivíduo “o acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia” (BRASIL, 1988, art. 23-V), além da oportunidade de convívio comunitário e da solidificação de reivindicações às demandas das pessoas e dos grupos.

Verifica-se que as políticas sociais e governamentais não conseguem abranger as demandas sociais na totalidade. As manifestações da questão social encontram-se presentes nas diferentes esferas do contexto social, incluindo o mundo do trabalho, tornando-se necessária a organização da sociedade civil de modo a intervir na busca pela “equidade e justiça social” (CFESS, 2012) conforme sinaliza o princípio V do Código de Ética do assistente social. Isto não desresponsabiliza ações estatais que promovam o acesso às políticas sociais, ao contrário, é através dos espaços de controle social que a sociedade civil tem a oportunidade de resistência e de mobilização.

Diante das mudanças históricas das sociedades e, conseqüentemente das alterações culturais, econômicas e políticas encontra-se o Serviço Social que insere-se em diferentes espaços na busca pela afirmação enquanto profissão regulamentada e legitimada.

3 SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS PROFISSIONAIS: MUDANÇAS DE CONCEPÇÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A profissão de assistente social modifica-se no decorrer da história tendo como sua gênese a inserção no capitalismo na Europa, a favor da classe burguesa, na qual providenciou que os profissionais se aproximassem da classe trabalhadora para controlarem possíveis organizações que prejudicassem o andamento daquele modo de produção. Assim, em diferentes épocas, a exploração sobre o trabalhador persistia através de argumentos ou atitudes que ratificavam como legítima a subordinação dos trabalhadores aos detentores dos meios de produção e aos ensinamentos religiosos e culturais, afirmando condutas de submissão para o alcance da salvação e da impossibilidade de ascensão econômica. Os trabalhadores resistiam as injustiças e organizavam-se em sindicatos.

No Brasil, a tentativa de romper com as amarras ideológicas impostas pelo capitalismo e durante o regime militar levou assistentes sociais a organizarem-se com o intuito de análise a partir da ótica do trabalhador, a favor do explorado. Assim, repensaram a profissão, deslumbrando um projeto social que fosse democrático que abrangesse desde a formação profissional até a atuação, buscando a transformação social, essencialmente o fortalecimento do aporte teórico, instrumentos e prática profissional. Diante dos desafios profissionais na atualidade, Lewgoy (2010) sinaliza que, diante das diferentes manifestações da questão social, há necessidade de construção progressiva e continuada para o aprimoramento das competências.

Neste sentido, o profissional deverá apropriar-se de instrumentos e técnicas que o auxiliem na identificação das demandas através do planejamento estratégico. Com a orientação do projeto ético-político, isto é, aliado aos interesses dos trabalhadores, montam-se estratégias de atuação que visem o acesso aos direitos sociais, não mais como forma de controle dos sujeitos, mas, sim, como fonte de acesso para intervenções efetivas. Através do pensamento crítico e reflexivo (MARTINELLI, 2011) torna-se possível que o profissional reconheça sua atuação além das representações e aparências e, assim, desvincule-se da alienação e das amarras burguesas.

O Capitalismo trouxe novas expectativas para os indivíduos, inclusive relações trabalhistas diferenciadas das que haviam no campo; questões que aliadas aos interesses do capital contribuíram para o surgimento do Serviço Social.

3. 1 REFLEXÕES SOBRE O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAPITALISMO

Durante a Idade Moderna houve o deslocamento⁷ de grande parte da população do campo para a cidade, porém, não havia estrutura física para que pudessem usufruir de condições sanitárias favoráveis e nem espaço para o plantio de subsistência. As péssimas condições de trabalho nas fábricas devido a jornadas extensas e participação do trabalho infantil submetiam os trabalhadores à dinâmica do mercado: o lucro a qualquer preço no contexto da industrialização.

A Europa presenciou um renascimento comercial e urbano que reestruturou as cidades, onde haviam centros⁸ de negociações e de desenvolvimento do capitalismo industrial. Segundo Martinelli (2011), o deslocamento populacional do ambiente rural para o urbano trouxe impactos sociais para as cidades impulsionando problemas de ordem social e econômica com mudanças nas relações sociais e comerciais no contexto da pobreza, péssimas condições de trabalho e desemprego.

Com o modo de produção capitalista estabeleceram-se distintas concepções na relação trabalhista, isto é, de um lado os donos dos meios de produção, estabelecimentos comerciais e detentores do dinheiro, que visavam o lucro, e, de outro, os trabalhadores livres⁹ que vendiam seus esforços em troca de mínimos salários que eram utilizados para a sobrevivência. Exigia-se cada vez mais o aperfeiçoamento do trabalhador, maior produtividade em menor tempo. O inchaço urbano e a exploração dos trabalhadores levou a condições precárias de subsistência destes que conviviam em condições mínimas e insalubres.

Segundo Martinelli (2011, p. 66), a origem do Serviço Social como profissão se dá neste contexto de contradições “articulada com um projeto de hegemonia do

⁷Alguns fatores contribuíram para este deslocamento como a Peste Negra (séc. XIV), que dizimou grande parte da população europeia, e o pagamento excessivo de impostos dos servos aos senhores feudais.

⁸Denominados burgos.

⁹Livres no sentido da não-obrigatoriedade de trabalho no feudo e/ou local de origem, como anteriormente nas relações servis.

poder burguês [...] buscou afirmar-se historicamente [...] como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja como uma mistificada ilusão de servir”. A classe dominante precisaria repensar estratégias de controle e manipulação para que os trabalhadores revoltosos fossem contidos, tornando-se imprescindível que a classe dominada aceitasse a impossibilidade de mudanças naquele cenário desigual.

Tornava-se imperioso criar novas formas de assistência, capazes de ganhar aceitação da classe trabalhadora. Era preciso criar a ilusão de que havia um paternal interesse da classe dominante e do próprio Estado burguês pela classe trabalhadora, ocultando-lhe as reais intenções da prática assistencial que lhe era dirigida: consolidar o modo de produção capitalista e garantir a expansão do capital. (MARTINELLI, 2011, p. 84).

As reais intenções burguesas foram mascaradas pelos profissionais assistencialistas que se aproximaram sutilmente dos trabalhadores, demonstrando preocupação às demandas destes, porém escondendo suas intenções repressoras a favor do capital. Localizavam-se próximos dos trabalhadores e de suas organizações como forma de controlar os insatisfeitos, mas, mesmo assim, houve “o avanço do movimento do proletariado, que se mantinha firme em suas reivindicações” (MARTINELLI, 2011, p. 85). Embora houvesse a tentativa de controle por parte da burguesia, a classe operária fortalecia-se e organizava-se politicamente.

Como forma de contenção sobre as organizações de trabalhadores que se formavam, pois reivindicavam melhores condições laborais e sociais, a classe dominante investiu em profissionais que atuaram diretamente nos espaços de resistência, desse modo, ratificando o capitalismo através da “prática social dos filantropos, entre outras estratégias” (MARTINELLI, 2011, p. 65). Surge o Serviço Social como profissão a favor do capitalismo, envolto a condições de “alienação, contradição, antagonismo” (MARTINELLI, 2011, p. 66) onde suas práticas pareciam atender as demandas das camadas subalternas, porém a intenção era a de manutenção da ordem burguesa e do capital.

As artimanhas produzidas através da aliança do Serviço Social com a burguesia modificaram-se ao longo dos anos através de instrumentos e procedimentos profissionais, porém manteve-se a favor dos detentores do poder. Martinelli (2011) sinaliza que no início do séc. XX, nas décadas de 1920 e 1930, através da norte-americana Mary Elly Richmond, da Sociedade de Organização da

Caridade de Baltimore, sob influência católica europeia, houve a tentativa de qualificação profissional influenciando assim na criação de escolas de Serviço Social. Embora a sistematização de dados seja um avanço para identificar as demandas sociais, ainda assim critérios como pobreza eram associados a problemas de caráter. A maneira como as pessoas eram “diagnosticadas” era repleta de preconceito e de reafirmação da supremacia burguesia.

No Brasil, o Serviço Social surge na década de 30, também de interesse burguês, contando com apoio da Igreja Católica e caracterizado pelos princípios do Serviço Social europeu, “centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial” (MARTINELLI, 2011, p. 122), isto é, houve a influência de concepções europeias na utilização da prática profissional com adaptações a realidade brasileira.

Nos anos 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. (GRESS-RJ, 2017).

A partir da década de 40, houve tentativas de profissionalizar o Serviço Social de acordo com as diretrizes utilizadas nos Estados Unidos, relacionando a prática social com aspectos da teoria positivista no sentido de adaptação do sujeito ao meio, na busca pela coesão social, isto é, há padrões de normalidade na sociedade, sendo necessário que os indivíduos se ajustassem ao sistema e às regras impostas de manutenção a ordem social.

Ainda sob o poder da classe dominante, buscou-se a qualificação dos profissionais para a sistematização de suas análises. No entanto, as práticas destes eram “burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial histórico-crítico” (MARTINELLI, 2011, p. 135), desenvolvendo práticas conservadoras em suas abordagens, sem relacionar nas análises o contexto social com a demanda das abordagens. O Brasil passou por momentos de repressão aos movimentos dos trabalhadores e, conseqüentemente, aos seus direitos, contexto lembrado por Martinelli (2011, p. 141): “O golpe de Estado de 31 de março de 1964, através do

qual se implantava uma nova ditadura no país, destruindo-se de modo abrupto, violento e radical os avanços no processo organizativo das classes populares”. Esse movimento não pacífico levou categorias profissionais a reverem suas limitações e possibilidades de atuação.

Embora resquícios das práticas profissionais conservadoras assolassem o cotidiano profissional, ao mesmo tempo “se desenvolvia o Movimento de Reconceituação, como projeto social mais amplo, desenvolvia-se também o processo organizativo da categoria profissional” (MARTINELLI, 2011, p.145), buscando a desvinculação e o rompimento com as práticas tradicionais sem negar a historicidade do que já tinha sido realizado, porém, buscando formas de “consolidação de uma nova proposta de prática, instituinte, emancipada, identificada com os interesses das classes populares” (p. 146) em busca de uma essência profissional própria.

A resistência ao conservadorismo levou assistentes sociais a refletirem e debaterem sobre os entraves que impossibilitam a consolidação dos direitos em sociedade e a mediação do fazer profissional perante a desigualdade social. Segundo Silva (2002), a partir da década de 60 houve tentativas de afirmação e mudanças em meio ao Movimento de Reconceituação.

A perspectiva modernizadora atinge seu auge nos encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) e perde sua hegemonia a partir da segunda metade dos anos 70, quando já não atende mais às expectativas profissionais. Mais precisamente o encontro de Sumaré (1978) representa o deslocamento da vertente modernizadora no Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil. (SILVA, 2002, p. 97-98).

Para Abramides (2016), estes eventos, somando-se a manifestações em outros congressos e espaços sociais, inclusive ao movimento estudantil que resistia ao golpe militar, fortaleceram as discussões acerca do trabalho do assistente social e a respectiva conjuntura. Foi através da “teoria social de Marx e do materialismo histórico e dialético” [...] que buscou-se o entendimento do significado social da profissão” [...] “das contradições e antagonismos da sociedade capitalista de exploração da força de trabalho” (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

Segundo Silva (2002), as discussões ocorridas na década de 60 são consideradas avanços com perspectivas de modernização e renovação na

aproximação da categoria com a bibliografia marxista ao aproximarem a prática profissional aos interesses dos setores populares visando a transformação social.

Posteriormente, mas não de maneira linear, na década de 70 houve aumento significativo (MARTINELLI, 2011, p. 148) da quantidade de profissionais brasileiros que debatiam através de congressos e seminários as práticas profissionais e possíveis mudanças e rupturas efetivas. Na busca pela identidade profissional, assistentes sociais encontraram subsídios nas orientações de suas ações através do Projeto Ético-Político que surge como fortalecedor de expectativas profissionais desvinculadas da exploração capitalista.

3. 2 O DIRECIONAMENTO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A base para mudanças no agir profissional do Serviço Social estariam estruturadas, porém insatisfações encontravam-se no seio das discussões. De acordo com Silva (2002), vários pensadores afirmaram a condição do Estado como capitalista, autoritário, monopolizador e dominador e que se utilizava da educação para obter o consenso da população, inclusive mantendo sob controle os movimentos populares. As instituições serviriam para assegurar a reprodução da força de trabalho, controle e perpetuação das relações sociais existentes na sociedade de classe. As políticas sociais estariam restritas ao campo econômico, sendo que o Estado as utilizaria como forma de controle da população e de amenização das rebeldias sociais consideradas de perfil paternalista.

Como alternativa, buscou-se a compreensão através da teoria marxista. Na medida que os trabalhadores alcançam direitos dentro da sociedade capitalista, haveriam mudanças e, a partir delas, surgiriam novas demandas. Conseqüentemente, novos interesses históricos se mostrariam (SILVA, 2002).

O desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, ao longo do século XX, representa indiscutivelmente um giro de seu projeto profissional na direção de uma tradição de pensamento fundada no materialismo histórico enquanto referencial teórico hegemônico, que indubitavelmente requisita uma prática política contestatória e crítica. (SILVA, 2010, p. 420).

Tornou-se emergente contextualizar a luta dos trabalhadores no decorrer da história, analisando os mesmos de acordo com as especificidades e ao mesmo tempo no contexto social e cultural em que se encontram. Para isso, foi

imprescindível que a categoria reconhecesse que não há neutralidade na análise da questão social e no exercício profissional. Assim, no final¹⁰ dos anos 70 aos 80 (NETTO, 1999), buscou-se o direcionamento de ações e as possibilidades de mudanças através de um projeto profissional:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 4).

Inclusive, no art. 1 da resolução n. 489 do Conselho Federal de Serviço Social-CFESS (CFESS, 2006) há indicação sobre a emergência de um novo fazer profissional: “O assistente social no exercício de sua atividade profissional deverá abster-se de práticas e condutas que caracterizem o policiamento de comportamentos” indo de encontro no comportamento conservador”. Para Iamamoto (2004, p. 37):

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 37).

Na reflexão sobre os profissionais, considera-se a realidade histórica presenciada e a criticidade como indispensáveis na identificação de possibilidades de atuação profissional, buscando na ciência a aproximação com a técnica (IAMAMOTO, 2004), reconhecendo que há diferentes formas de exploração dos detentores do capital para com os trabalhadores.

A Lei nº 8662 (BRASIL, 1993b) regulamenta a profissão de assistente social no Brasil legitimando o trabalho em diversos espaços. Essa implementação facilita a aproximação dos profissionais aos seus direitos e deveres a nível nacional, contribuindo para o fortalecimento enquanto categoria, facilitando o reconhecimento

¹⁰O projeto ético-político é a “síntese e continuidade do processo da “virada”, numa alusão ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada” (CFESS, 2009, p. 1). Este evento proporcionou reflexões acerca da profissão no contexto da busca pela redemocratização brasileira, a influência do Capitalismo nas co-relações de força, os empecilhos que dificultavam o acesso aos direitos sociais, dentre outras.

da importância dos assistentes enquanto técnicos que dispõem de instrumentais próprios e também interdisciplinares através das atribuições privativas e competências, respectivamente, afastando assim a “identidade atribuída” (MARTINELLI, 2011) devido às práticas utilizadas no começo histórico da profissão.

Há campos diferenciados de atuação do assistente social na contemporaneidade. No início do capitalismo, o profissional encontrava-se sob orientação dos moldes burgueses, exercendo papel controlador sobre os trabalhadores e influenciado pela religião e cultura vigente, diferente das reflexões do final do séc. XX, as quais orientam o assistente social na perspectiva de equidade e justiça social. Através dos instrumentais técnico-operativos busca-se a aproximação das reais demandas das manifestações da questão social a serem identificadas e mediadas pelo profissional.

Apesar das políticas sociais mostrarem-se com viés protetivo, sabe-se que são excludentes e, muitas vezes, são aplicadas com concepções assistencialistas, tornando-se necessário que o assistente social reconheça que há seletividade no processo de acesso dos indivíduos aos direitos sociais, medie a tensão Estado-Sociedade através da defesa dos direitos da classe trabalhadora, resista às formas de opressão estatal, através de participação nos espaços sociais e políticos e mobilize trabalhadores para que as demandas dos mesmos sejam conhecidas e levadas em pauta nos espaços democráticos.

Na relação de mediação e intervenção aos direitos sociais, Iamamoto (2014) aponta o cotidiano do assistente social, sendo este também um trabalhador que possui “relativa autonomia” (IAMAMOTO, 2014, p. 214) dentro de seu exercício profissional, “tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores” (IAMAMOTO, 2014, p. 215). É neste sentido que constrói-se a importância do Serviço Social enquanto profissão na relação do profissional com estes diferentes agentes faz com que o assistente social “personifique” (IAMAMOTO, 2014) funções diferenciadas na sociedade.

Com as correlações de força no exercício profissional, identifica-se o assistente social inserido na categoria Trabalho, vendendo sua força de trabalho no capitalismo, porém resistindo às diferentes formas de dominação, tanto no que diz respeito aos trabalhadores, quanto a sua condição neste sistema de contradições.

Sinaliza-se que o direcionamento profissional através do projeto ético-político é importante para afirmação da categoria profissional na relação com o Estado, com outras instituições e na identificação das demandas dos trabalhadores.

O Assistente Social, quando intervém nas mais variadas expressões das questões sociais, expressa a partir de sua prática um posicionamento ético, político e técnico, supostamente orientado pelos componentes, princípios e valores do projeto, ainda que de forma inconsciente, buscando favorecer os interesses dos trabalhadores ou tentando mediar os interesses de ambos – trabalhador e empregador. Por isso é possível afirmar que a efetivação do projeto encontra-se principalmente atrelada ao conjunto de intervenções profissionais (ações de atendimento direto aos usuários, ações de mobilização, participação e controle social, ações de investigação, planejamento e gestão, ações de assessoria, qualificação e formação profissional), mesmo que este profissional atue isoladamente em seu espaço institucional. A transformação destes componentes em guia efetivo e norteador do exercício profissional têm sido considerados como um dos maiores desafios à consolidação do projeto na atualidade. Seja pelo cenário socioeconômico desfavorável à execução do projeto tal como idealizado, seja pela necessidade constante de discussão e proposição dos princípios estabelecidos ou ainda pelas divergências profissionais internas (MOTA, 2011, p. 59).

Mota (2011) sugere que a consolidação do projeto ético-político torna-se possível através do trabalho efetivo do assistente social quando mobiliza a classe trabalhadora em busca dos direitos sociais. A mediação profissional demanda conhecimento das manifestações da questão social, ocupação dos profissionais nos espaços deliberativos de decisões político-governamentais, assim como o estímulo à participação da sociedade civil na reivindicação de políticas sociais, sendo que em quaisquer atuações os profissionais necessitam capacitar-se constantemente e utilizar planejamento estratégico de ações.

A gestão institucional torna-se uma possibilidade de trabalho do assistente social, na qual requer planejamento de ações em busca da consolidação dos direitos sociais dos indivíduos. Nesta direção espera-se que o profissional aproprie-se de novos conhecimentos acerca de instrumentos e técnicas que facilitem o monitoramento das atividades para posterior intervenção de acordo com as demandas.

3. 3 GESTÃO INSTITUCIONAL COMO POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Dentre as atribuições privativas (BRASIL, 1993a) do assistente social no campo de atuação encontra-se a gestão institucional, considerada restrita ao

profissional do Serviço Social quando envolve “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” (BRASIL, 1993a, at. 5-I). Desse modo, instituições que disponibilizam atendimentos e intervenções do Serviço Social deverão ter como responsável um assistente social.

A lei que regulamenta a profissão (BRASIL, 1993b) orienta sobre o trabalho que deverá ser exclusivo do assistente social como nas instituições que prestem serviços de atendimento através do Serviço Social e também referencia sobre o trabalho do assistente social em outras instituições que não são exclusivas da área.

É importante destacar que ambas as situações foram determinadas sob a orientação do projeto ético-político na tentativa de romper com o estigma¹¹ de relacionar a profissão como simples ajuda, de maneira puramente assistencialista. A interlocução dos assistentes sociais com os indivíduos e o possível acesso às políticas sociais deverá objetivar a equidade dos sujeitos para que sejam protagonistas¹² de suas próprias histórias.

A realização de atividades de planejamento e implantação de programas sociais, a elaboração e prestação de serviços, o estabelecimento de sistemas de monitoramento e avaliação da gestão social têm demandado do assistente social saberes que o qualificam a exercer a função de gestor (TORRES; LANZA, 2013, p. 208). O planejamento¹³ das ações profissionais auxilia na busca da efetivação desses objetivos, pois, ao conhecer previamente o espaço de execução, haverá possibilidade de entendimento de determinada realidade.

A utilização do planejamento requer organização através do conhecimento do campo de atuação para que sejam buscados novos instrumentos que contribuam

¹¹Gofmann (1975) traz a discussão sobre o estigma como um processo construído pelo social. Martinelli (2011) problematiza o começo da profissão do Serviço Social a serviço da burguesia e do capital e a posterior busca pela identidade profissional no decorrer da história.

¹²O código de ética referencia como um dos princípios fundamentais (CFESS, 2012, princ I) “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes- autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

¹³Segundo Baptista (2007, p. 13): “O termo “planejamento”, na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente, supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Com o processo metódico de abordagem racional e científica, supõe a sequência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos

para a efetiva intervenção profissional. Já a instrumentalidade demanda a conexão entre a escolha dos instrumentos profissionais e suas técnicas de uso, aliando-se a intencionalidade da ação direcionada pelo projeto ético-político do Serviço Social.

Considera-se o planejamento como um instrumental no trabalho do assistente social, pois através dele escolhem-se os meios que incidirão no cumprimento da realização dos procedimentos, aproximando a tríade profissional-teoria-metodologia, ético-política e técnico-operativa de modo que haja coesão entre o conhecimento do contexto social, o instrumento a ser utilizado e a maneira a ser realizada. Baptista (2007) indica que o planejamento é algo permanente e metódico de cunho racional e científico, diferente da prática imediatista exercida pelos profissionais anteriormente ao Movimento de Reconceituação.

O Planejamento é determinado pela relação teleologia /causalidade; ou seja, determinado pela relação entre a capacidade de pensarmos o que é necessário e possível (em determinada conjuntura política, o que nos remete à capacidade de pensar as estratégias, as ações necessárias e as possíveis consequências) e os nexos causais que favorecem e dificultam a transformação desse dever ser (que se materializa num projeto, plano, programa) em realidade. (VASCONCELOS, 2015, p. 223).

Através do planejamento, o assistente social consegue visualizar seus objetivos e as possibilidades de monitoramento que auxiliarão na retomada de decisões, construção de estratégias e possibilidade de ações. É na utilização do planejamento que organizam-se as tomadas de decisões de acordo com a demanda institucional e as possibilidades interventivas, por isso o planejamento é imprescindível em todos os campos de atuação do assistente social, embora em algumas instituições, inclusive estatais, o profissional encontra-se subordinado a normativas inflexíveis que limitam suas decisões.

Na gestão institucional é importante que os assistentes sociais consigam trabalhar de maneira interdisciplinar com outros profissionais, fazendo com que a troca de saberes leve à qualificação no atendimento dos usuários¹⁴ e o entendimento sobre a realidade destes indivíduos. Na gestão em instituições do Terceiro Setor, principalmente as que são sem fins lucrativos, segundo tipologia, o planejamento fica sujeito a arrecadação de recursos financeiros, materiais e humanos para o andamento das atividades. Esta falta de previsão do quanto irá

¹⁴Este termo serve para identificar os indivíduos que buscam o acesso às políticas sociais.

“entrar” prejudica o planejamento, pois limitam-se as possibilidades, gerando incertezas no alcance de objetivos. Segundo Vasconcelos (2015):

é no planejamento e execução da atividade profissional, apreendidos de forma indissociável, que os assistentes sociais/equipes se preparam para a atividade profissional e, ao mesmo tempo, revelam as condições ético-políticas e teórico-metodológicas dadas até aquele momento e as necessárias (a serem forjadas) para antecipar o exercício profissional. Assim sendo, o projeto resultante do planejamento não é um simples documento a ser consultado. Além de referência para ação, é um instrumento de luta, de negociação, de registro e sistematização do trabalho realizado, na medida em que o planejamento sempre parte do que está dado na realidade profissional (VASCONCELOS, 2015, p. 490).

Neste sentido, torna-se necessário que o gestor faça o planejamento das ações referentes a busca destes recursos. Para concorrer a editais públicos governamentais, conseguir doações, pessoas voluntárias e empresas parceiras que colaborem com os objetivos institucionais, torna-se necessário que o gestor sensibilize-os, informando sobre o que é realizado na instituição, explicando a importância do trabalho desenvolvido no espaço de atuação, o compromisso com os usuários e com os recursos que chegam até o local. Este processo de informação e esclarecimento é direito tanto dos futuros patrocinadores e voluntários, quanto das pessoas atendidas.

O código de ética indica os deveres dos profissionais com os usuários, inclusive “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as” (CFESS, 1993, art. 5). Assim, através da informação e do esclarecimento sobre o papel da instituição e dos direitos sociais, torna-se possível que o trabalho exercido pelo Serviço Social seja o mediador dos direitos sociais com as políticas sociais e as públicas.

O assistente social, tanto na função de gestor institucional quanto na atuação direta com os usuários, necessita conhecer os objetivos a serem alcançados. Para isso, utilizam instrumentos de planejamento que indicam caminhos a serem percorridos visualizando as mudanças que deverão ocorrer durante sua execução, pois através do monitoramento do processo e na avaliação serão observados se os objetivos iniciais estão sendo alcançados ou não, proporcionando assim a reflexão sobre possibilidades de mudanças estruturais para posteriores ações e intervenções.

Na atuação profissional encontram-se medidas e procedimentos que facilitam a aproximação dos indivíduos aos seus direitos. Através do empreendedorismo social há possibilidades de sensibilização da sociedade em relação as dificuldades de acesso das pessoas a garantia de acesso as políticas sociais.

3. 3. 1 O empreendedorismo social como alternativa para as demandas sociais

Alguns gestores recorrem ao empreendedorismo social como um meio de alcançar os objetivos institucionais referentes aos recursos. O termo empreendedorismo social é pauta em discussões contemporâneas e indica, em termos gerais, a busca de soluções inovadoras para as demandas sociais sem necessariamente preocupar-se com o lucro econômico. Entende-se que esta concepção confronta-se com os ideais propostos pelo neoliberalismo, que estabelece relações de competitividade visando o desenfreado crescimento econômico sem preocupar-se com aspectos negativos identificados através das manifestações da questão social e, conseqüentemente, ao distanciamento dos indivíduos aos direitos sociais.

De modo geral, a noção de administrar, gestar e empreender é associada ao mundo dos negócios, principalmente objetivando o lucro. Inclusive, a utilização quantitativa de dados e planilhas no planejamento sugere a racionalização do processo em si e a legitimidade de considerar os administradores de empresas, contadores e outros profissionais da ciência exata como detentores hegemônicos das técnicas e procedimentos nas análises institucionais. A concepção do modo de produção capitalista no que se refere a busca perseverante por resultados e lucros faz com que profissionais especializem-se constantemente na busca por resultados próximos da realidade analisada.

A tarefa de aliar instrumentos técnicos na análise social requer a apropriação de novos saberes pelo assistente social. Embora as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) proponham a revisão do currículo em resposta às demandas e exigências profissionais contemporâneas, é importante a apropriação de dispositivos tecnológicos e *software* que acomodem as informações socioeconômicas dos usuários e auxiliem o profissional nas ações de planejamento buscando a visualização do contexto local. O sigilo profissional (CFESS, 1993) deve

manter-se perseverante para que os direitos dos usuários não sejam ameaçados através da exposição de dados ou vazamento de informações que prejudiquem o indivíduo em suas relações sociais e econômicas.

Anteriormente à Reconceituação, o Serviço Social trabalhou com o intuito de controlar a sociedade levando o resultado das análises aos burgueses para que pudessem dismantelar a rebeldia e conter a movimentação dos trabalhadores, com instrumentos a favor do capital e da solidificação da ordem burguesa, diferente do que se propõe através do Movimento de Reconceituação até a atualidade, que consiste em transformar as ações dos assistentes sociais a serviço da classe trabalhadora sem transferir aos indivíduos a culpabilidade por sua condição.

O resultado das análises poderão auxiliar os assistentes sociais, principalmente os que trabalham em instituições do Terceiro Setor, a buscarem subsídios financeiros junto a empresas no intuito de mostrar as demandas¹⁵ dos usuários e o respectivo planejamento de ação para saná-las. Uma das causas desta estratégia é a relativa desresponsabilização do Estado em prover os direitos sociais através das políticas públicas, levando os profissionais a buscarem soluções. Para Menezes (2010):

o enfrentamento da “questão social” por meio da (re)filantropia e do terceiro setor se ampliou. Ao tornarem-se “parceiros” do poder público para a implantação e gestão de programas e projetos sociais, consolidam uma transferência de responsabilidades para a iniciativa privada no campo do investimento social, que, na verdade, seria uma atribuição constitucional do Estado brasileiro em todos os níveis de governo (MENEZES, 2010, p. 505).

Infelizmente, o Estado não consegue dispor de recursos e serviços suficientes para os indivíduos, fazendo com que muitas instituições de assistência social recorram a instituições privadas, sensibilizando-as no que se refere aos desafios sócio-econômicos enfrentados pelos usuários através da questão social. Talvez o maior desafio desta dinâmica seja enfatizar para as empresas contribuintes e para a sociedade, no geral, sobre a importância da Política de Assistência Social como um direito.

¹⁵Segundo o Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social, o conceito de demanda refere-se à “manifestação de necessidades, apresentadas explicitamente pelo usuário ou identificadas pelo técnico, que exigem intervenções de natureza socioassistencial (PREFEITURA BH, 2007, p. 33)

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993b, art. 1º).

A tentativa de regulamentar os direitos dos usuários através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) eleva a condição de assistencialismo¹⁶ à de direito, através da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócio-assistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos: • Matricialidade Sociofamiliar. • Descentralização político-administrativa e Territorialização. • Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil. • Financiamento. • Controle Social. • O desafio da participação popular/cidadão usuário. • A Política de Recursos Humanos. • A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. (BRASIL, 2009, p. 39).

O SUAS propõe que o acesso a Política de Assistência Social seja amplo, de responsabilidade construtiva de todos, incluindo as particularidades regionais. Assim, quando pensa-se em uma sociedade colaborativa com o sistema, inclui-se também o conceito de responsabilidade social¹⁷, o qual é adotado por muitas empresas chamando-se de responsabilidade social empresarial. Algumas doam percentuais financeiros, promovem editais de chamamento à participação de instituições de assistência social e até patrocinam propagandas nas mídias. Em contrapartida, recebem visibilidade¹⁸ como uma empresa que visa o direito dos sujeitos e não só lucro financeiro. Dependendo do percentual de “ajuda” empresarial

¹⁶Forma de caridade.

¹⁷Para Silveira (2016, p. 51): “A Responsabilidade Social pode ser compreendida como maneira ética de se conduzir os negócios, o que torna a empresa parceira e responsável pelo desenvolvimento social e sustentável” e acrescenta (SILVEIRA, 2016, p. 54): “Ao aderir a perspectiva da Responsabilidade Social, busca-se adequar aos novos paradigmas de se pensar e viver na sociedade contemporânea. Esses novos paradigmas pautados na ética global se constituem como novos projetos de sociedade, que seja justa, igualitária e que proteja os sujeitos sociais e o meio ambiente.” Verifica-se que, no decorrer da história, há novas demandas permeando a sociedade, originando novos conceitos e, proporcionalmente, novas formas de atuação profissional.

¹⁸“A tão divulgada “cidadania empresarial” se sustenta apenas no nível da propaganda e isso fica bem nítido quando analisamos os discursos de seus defensores, nos quais em nenhum momento a concentração de renda existente na mão de uma minoria é colocada em discussão. Fala-se em “desigualdade social” e em “pobreza”, mas nunca em redistribuição da renda e nem da riqueza produzida socialmente. As ações caritativas tradicionais não foram abandonadas. Foram revisitadas, revisadas e articuladas numa “filantropia estratégica”, mesmo que apresente uma nova roupagem e ideologicamente tenha um alcance muito maior (MENEZES, 2010, p. 526)”.

até conseguem redução fiscal dos impostos ao governo, situação regulada e legítima no Brasil.

É dentro desta concepção assistencialista das empresas que se insere o assistente social e gestores de instituições que buscam recursos não alcançados através das esferas de governo. Mesmo que estes profissionais saibam que o acesso aos direitos sociais deveria ser alcançado por todos, através do provimento do Estado pela Política de Assistência Social, recorrem a estratégias de fortalecimento das atividades do seu espaço através da solidariedade empresarial não como forma de aproveitarem-se do privado em detrimento ao público, mas, sim, planejam o acesso aos direitos mínimos que todos deveriam utilizar.

A relativa desresponsabilização do Estado em prover o necessário através da assistência social e a disposição de empresas privadas em ajudar socialmente¹⁹ transformam-se em condições favoráveis para que o assistente social identifique-se como empreendedor social. Através do planejamento como instrumento, investindo-se de leis e bibliografias que vão ao encontro do projeto ético-político, visando a equidade e justiça social da classe trabalhadora, há condições favoráveis para a busca de patrocínios e investimentos nos espaços da sociedade civil onde não chegam os recursos suficientes para as atividades.

Espera-se que através do planejamento estes empreendedores sociais consigam inserir novos instrumentos de trabalho às suas práticas, visando a possibilidade de entendimento das expressões da questão social apresentadas. Isto se faz através de eventos do Serviço Social, como congressos, seminários, etc, promovendo a interdisciplinaridade²⁰ para troca de saberes e estratégias.

Entende-se que há contradições presentes na atuação do assistente social, principalmente na captação de recursos para o trabalho nas instituições que não recebem auxílio efetivo governamental. O empreendedorismo social torna-se uma estratégia de arrecadação financeira junto a empresas privadas, porém é necessário o planejamento de ações que inclui aonde se quer chegar, as formas de controle dos recursos e o impacto social que alcançará.

¹⁹No sentido de assistencialismo, tanto visando a redução da carga tributária de impostos, quanto visibilidade social, cunho religioso, dentre outros.

²⁰Mantendo o sigilo profissional quando necessário, observando os artigos 10 e 11 do código de ética (CFESS, 2012).

Por fim, ratifica-se que o empreendedorismo social não deve ser considerado como um ideal, no que diz respeito a responsabilização do Terceiro Setor na busca dos direitos dos indivíduos, porém é uma necessidade que se planejem ações empreendedoras de mobilização para a contribuição através das instituições, empresas e pessoas visando o acesso aos direitos sociais através de estratégias de acordo com as demandas.

Através das reflexões contidas neste material especialmente neste capítulo onde contextualiza-se a busca por direitos sociais, seja através do empreendedorismo social e/ou da gestão institucional, seguem-se apontamentos acerca do estágio na Associação Orquestrando Arte.

4 REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE

A atuação profissional do assistente social requer observar as leis vigentes e direcionamentos propostos pela categoria. As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996) apontam o estágio curricular como pré-requisito para obtenção do certificado de conclusão acadêmico: “é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p. 19). Através da vivência em estágio, há possibilidades do estudante associar a teoria com a prática profissional ao aproximar-se das manifestações da questão social e das mediações realizadas no campo de atuação.

Considera-se que todo processo acadêmico contribuiu para a formação profissional da estudante. No entanto, enfatiza-se o período de estágio como potencializador de aprendizado, pois o contato com instrumentais utilizados no campo de estágio apresenta-se como a materialização das bibliografias estudadas no decorrer dos semestres. A importância da composição teórico-prática torna-se visível e, também, construtiva possibilitando a aproximação da futura profissional com as técnicas e ferramentas que auxiliarão na intervenção com os usuários.

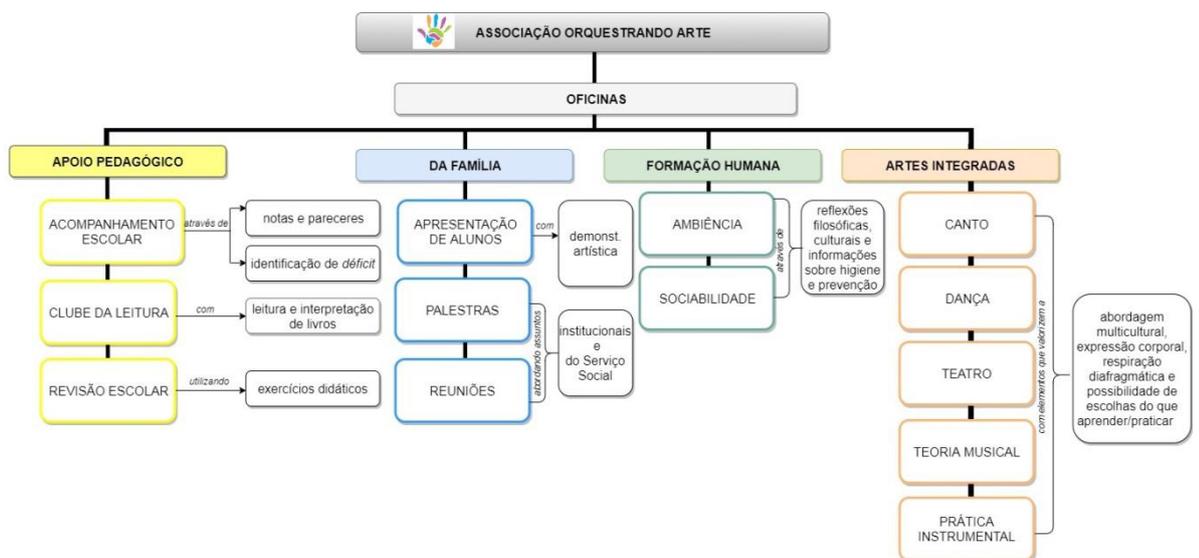
A tríade supervisora acadêmica-estagiária-supervisora de campo qualificou o cotidiano no campo, reflexões, planejamento de ações e consolidação interventiva. O processo construtivo norteou as ações da futura profissional.

4. 1 A ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE E A MEDIAÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS

A Associação Orquestrando Arte foi fundada em fevereiro de 2014. Caracteriza-se como instituição beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, que surgiu em demanda ao Programa Orquestrarium-Incubadora Sociocultural Infantojuvenil de Coros e Orquestras que já estava idealizado e constituído em 2013, no Bairro Divina Providência. Atualmente, a instituição localiza-se no distrito de Boca do Monte, nas dependências da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, através de comodato. Possui mais de 120 (cento e vinte) alunos de 6 a 29 anos de idade. Na Associação, é disponibilizado o atendimento aos alunos e familiares através de oficinas contidas no Programa Orquestrando Arte - Incubadora Sociocultural Infantojuvenil (ver imagem 1).

A Instituição encontra-se dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e tem como perspectiva aproximar os usuários e familiares de direitos sociais. Para isso, visa o fortalecimento de vínculos a fim de prevenir e proteger as famílias que encontram-se em vulnerabilidade social. Com as diversas oficinas existentes dentro do Programa, este torna-se o eixo principal das atividades realizadas na Associação.

Imagem 1- Oficinas diárias oferecidas pela Associação Orquestrando Arte



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

As oficinas do Programa, que funcionam de segunda a sexta-feira das 8h15min. às 10h45min. e das 13h45min. às 16h15min. no contraturno²¹ escolar, são escolhidas pelos alunos e/ou responsáveis, no começo de cada semestre, quando são abertas as vagas. Há exigências como a frequência mínima de 3 (três) vezes semanais para que o aluno mantenha o contato frequente com a instituição.

A oficina de Apoio Pedagógico (ORQUESTRANDO ARTE, 2017) “Acompanha o desenvolvimento das tarefas escolares, esclarecendo dúvidas, incentivando a leitura, a interpretação e o enfrentamento das dificuldades encontradas em relação às tarefas escolares.” É através da revisão escolar e da atuação pedagógica que os alunos têm oportunidade de rever conteúdos escolar e se possuem contato com a leitura e interpretação da mesma. O resultado das notas e pareceres escolar, inclusive, são pré-requisito para o aluno continuar no Programa, pois, quando detectados *déficit* de aprendizado, são disponibilizadas aulas de revisão escolar e, dependendo da limitação, o aluno é encaminhado pela assistente social a rede de atendimento como a Unidade Básica de Saúde (UBS) e CAPSi.

A oficina Da Família “tem como objetivo integrar as famílias dos alunos em atividades como reuniões, palestras e conversas com assistente social” (ORQUESTRANDO ARTE, 2017). Ela acontece trimestralmente, aos sábados, momento em que é relatado o andamento das atividades no período, informações relevantes sobre os direitos e deveres dos alunos e da família/responsáveis, acolhimento de sugestões e apresentações artísticas dos alunos. Há profissionais convidados como psicólogos, terapeutas ocupacionais, dentre outros que abordam temas atuais de relacionamento familiar e social dentro da perspectiva de direitos e deveres em sociedade. Sobre a oficina de Formação Humana, destacam-se as características:

Desenvolve a autoestima, autoconfiança do público beneficiário, estimulando a reflexão sobre os papéis enquanto sujeito de direito. Além disso, proporciona condições de criação de um ambiente no qual se valorize o respeito, a cooperação, a solidariedade e a visão crítica da realidade. Além de informar o grupo de alunos e familiares sobre hábitos saudáveis de higiene, através de conhecimento preventivo. (ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE, 2017).

²¹Os alunos que estudam na escola regular de manhã poderão frequentar as oficinas durante a tarde e vice-versa.

O trabalho desenvolvido na oficina Formação Humana favorece o relacionamento social dos alunos nos diferentes espaços onde convivem através de reflexões filosóficas, culturais e informações sobre higiene e prevenção. Por intermédio de explanação, filmes e músicas, são repassadas informações aos alunos que são refletidas através do debate de acordo com o tema de cada aula.

A oficina de Artes Integradas é a mais procurada pelos alunos que desejam fazer parte do Programa, talvez pela proximidade com a comunidade, pois grupos de alunos apresentam-se externamente no teatro, em escolas, e demais eventos da cidade e na região; a oficina:

Estimula através da música (instrumental e coral), das artes manuais, das artes audiovisuais, da expressão corporal, da dança, a socialização, o desenvolvimento das potencialidades individuais, das artes cênicas, autoestima e a criatividade de crianças, adolescentes e jovens (ASSOCIAÇÃO ORQUESTRANDO ARTE, 2017).

É através das Artes Integradas que os alunos têm contato com instrumentos musicais, técnicas de canto, expressões corporais com o teatro e dança e teoria musical. Há valorização da abordagem multicultural para que sejam respeitadas diferentes crenças²² e etnias através de informações sobre o contexto de criação de determinada música, escrita musical ou movimento corporal. Nas Artes Integradas, o aluno, juntamente com seu responsável, escolhe, no início de cada semestre, Canto, Dança, Teatro ou Prática Instrumental, porém tanto a Teoria Musical quanto a Formação Humana são obrigatórias, para que o conhecimento técnico da música e a sociabilidade seja valorizado junto com uma daquelas práticas.

Através da Prática Instrumental são disponibilizados instrumentos (ver imagem 2) onde observa-se a condição física e psicológica da criança, em relação ao tamanho dos braços (para instrumentos que exijam força ou alcance físico), fôlego (nos que necessitam de sopro intenso) e mobilidade (para os alunos que possuem deficiência motora, devido a determinada deficiência). A maioria dos professores são voluntários e ensinam individualmente e em grupos, sendo que as aulas são diárias, exceto a de Teoria Musical, disponibilizada uma vez por semana.

²²Na ficha de matrícula e entrevista com a assistente social, o familiar e/ou responsável informa seus dados pessoais e sociais, como etnia, religião (se tiver ou não), limitações físicas ou psicológicas e outros indicadores que compõem as informações gerais da Associação. As informações restritas do Serviço Social como as fichas sociais são armazenadas em local próprio, resguardadas ao sigilo profissional da Assistente Social.

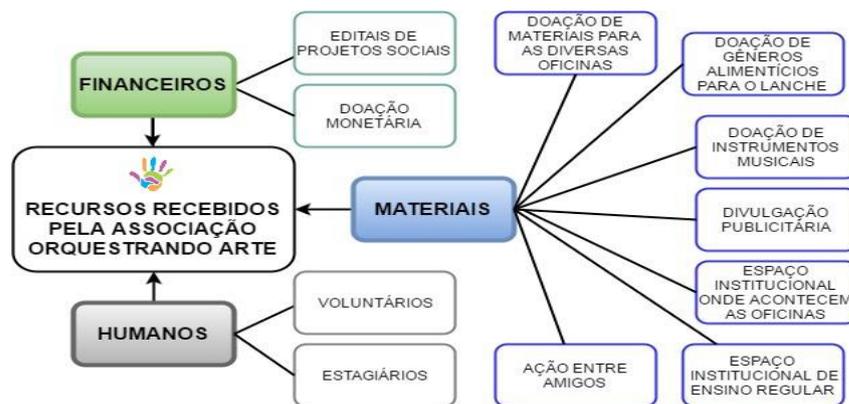
Imagem 2 - Instrumentos musicais dentro da oficina Artes Integradas



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

A maioria dos instrumentos musicais e dos materiais utilizados nas aulas de Teatro, Dança e Teoria Musical provem de doação, sendo que alguns foram adquiridos através de editais de projetos sociais governamentais. Todos os instrumentos tem identificação anexada, através de plaquetas adesivas com código. A instituição mantém o controle de estoque através de planilha no Excel²³, a qual contém o código, marca e modelo, procedência da doação/compra e os alunos que os utilizam²⁴ na oficina.

Imagem 3 - Proveniência dos recursos da Associação Orquestrando Arte



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

No que tange aos recursos financeiros, a Instituição possui o auxílio de alguns empresários da cidade, pais e responsáveis por alunos, pessoas físicas e voluntários para que as atividades continuem em andamento. Ainda participa de

²³Planilha eletrônica da Microsoft.

²⁴Muitos instrumentos são compartilhados pelos alunos que estudam em turnos diferentes.

editais de seleção de projetos sociais a órgãos governamentais. A pretensão de recursos a serem recebidos são: financeiros, materiais e humanos. Através dos editais de projetos sociais, a Instituição concorre ao recebimento de valores monetários ao elaborar ações de acordo com planejamento prévio, observando os critérios pré-estabelecidos em cada edital.

A doação monetária ocorre de maneira voluntária através da sensibilização de alguns familiares dos alunos e simpatizantes da Associação, como também alguns empresários da cidade. Segundo a assistente social, o valor arrecadado chega em torno de R\$: 5.000,00 por mês, que são utilizados para o pagamento de 2 (dois) bolsistas-professores, lanche diário dos alunos, aquisição de algum instrumento musical e manutenção dos mesmos, material de limpeza, compra de materiais para as oficinas do Programa Orquestrando Arte, pagamento do transporte dos professores e de alguns²⁵ alunos. Diariamente, tem-se uma empresa terceirizada que busca e leva os alunos em diferentes pontos da cidade para a associação, nos dois turnos.

A Instituição também possui recursos humanos que auxiliam nas atividades e fazem parte das ações desenvolvidas na instituição considerando os diversos saberes na formação dos alunos e no possível impacto social que poderá beneficiar os mesmos e seus familiares. A equipe multidisciplinar (ver imagem 5) é composta por voluntários que disponibilizam determinado período de tempo para ensinar matérias curriculares aos alunos ou contribuir para a limpeza e/ou organização física da instituição. A Instituição esclarece²⁶ que estas pessoas devem manter o compromisso com os horários acordados e com a preservação dos direitos do público atendido.

Na Associação há²⁷ estagiários não remunerados de diferentes cursos de graduação como Serviço Social, Psicologia, Dança, Terapia Ocupacional, Teatro, Comunicação Social, Música, Letras, Matemática e Arquitetura. As instituições que firmaram o convênio durante o período de análise foram UFSM, ULBRA,

²⁵A assistente social faz a análise socioeconômica das famílias e define os alunos contemplados.

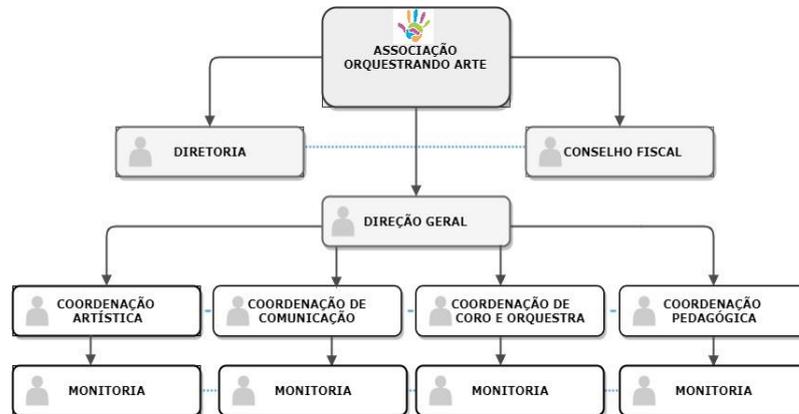
²⁶No começo das atividades de voluntariado, o pretendente assina um termo de compromisso com seus dados pessoais, indicando que as atividades que executará não serão remuneradas.

²⁷Este levantamento foi realizado dentro do período deste trabalho, porém a Instituição recebe semestralmente estudantes de outros cursos.

Anhanguera, Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA) e Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). A assistente social que também é gestora institucional seleciona tanto os estudantes quanto os professores voluntários de acordo com critérios pré-estabelecidos como perfil²⁸ e disponibilidade de horários para que seja mantido o compromisso com os alunos e instituição.

Os professores voluntários têm formação acadêmica e muitos deles continuam estudando em cursos de pós-graduação. Antes do começo das aulas na Associação, eles informam o horário que dispõem, levando a coordenação pedagógica a criar o horário de oficinas do semestre respeitando os acordos firmados em reunião. A equipe multidisciplinar reúne-se mensalmente para o planejamento de atividades, onde ocorre a troca de saberes e de ideias, contanto com participação da assistente social e parte da equipe diretiva.

Imagem 4 - Organograma da equipe permanente da Associação Orquestrando Arte



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

A Diretoria é composta por um presidente e vice, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros e o Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros e seus suplentes, eleitos em Assembleia Geral. Na Direção Geral, encontra-se a assistente social que também é gestora. As coordenações são formadas pelos professores das oficinas e os monitores são os próprios alunos que

²⁸A maioria dos alunos vêm de situação de vulnerabilidade social. Alguns, além não terem o acesso a produtos e serviços básicos, são vítimas de violência física e/ou psicológica, sendo necessário que todos os envolvidos com a Associação estejam de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social que visa a equidade e justiça social sem discriminação e negligência para que contemple os preceitos e objetivos da PNAS.

demonstram interesse em auxiliar outros colegas e comprometidos com a disciplina das atividades.

Além das oficinas do Programa Orquestrando Arte, é disponibilizado aos alunos e familiares o atendimento do Serviço Social, através da assistente social que faz o acolhimento e acompanhamento dos participantes, com monitoramento²⁹ das frequências e desempenho escolar, da relação intra e extrafamiliar e no encaminhamento e esclarecimento sobre Rede de assistência social do município.

4. 1. 1 O Serviço Social na Associação Orquestrando Arte

O Serviço Social surgiu juntamente com o Programa, anterior à Associação, e o funcionamento é de segunda à sábado, exceto às quartas-feiras³⁰, no horário das oficinas. O plantão social é contínuo, na sala reservada da assistente social, disponível aos alunos e familiares que necessitam do atendimento do Serviço Social e da Rede de atendimentos. Os atendimentos são registrados na ficha social e os encaminhamentos são realizados de acordo com as especificidades. Para isso, a profissional faz o monitoramento contínuo dos alunos através das oficinas, do desempenho escolar e da análise socioeconômica.

A Instituição solidifica suas ações através de documentos legais como o estatuto institucional³¹ (2015) e normativas nacionais e internacionais que apontam o planejamento de ações e o respaldo das atividades. Além do ECA (BRASIL, 1990), do Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) e os documentos internos da Associação, como o estatuto (Orquestrando Arte, 2014), há outros norteadores que perpassam o cotidiano e que são deveras importantes, como o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (BRASIL, 2015), Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (BRASIL, 2012), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), dentre outros. A LOAS é importante referência para a Instituição que está inserida na política de proteção.

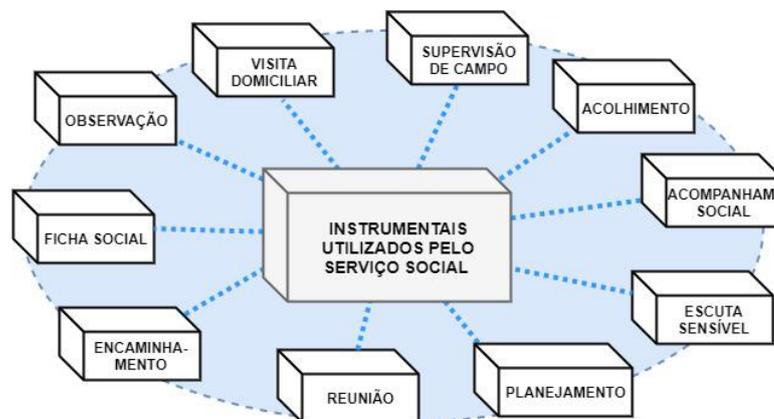
²⁹ Além do acompanhamento realizado pelos professores.

³⁰ Dia de folga da profissional.

³¹ O primeiro estatuto da Associação Orquestrando Arte foi elaborado no ano de 2014, porém em 2017 foram alterados alguns dados para adequar-se às regras contábeis sinalizadas pelas normas do Marco Regulatório das Organizações da sociedade Civil (BRASIL, 2014).

Além das leis e decretos estabelecidos através da concepção³² dos direitos humanos, o projeto ético-político encontra-se presente na atuação profissional da assistente social. Através das “atribuições privativas” (BRASIL, 1993a, art. 5º), a mesma utiliza instrumentais que aproximam os usuários (alunos e familiares) das políticas sociais, mediando a relação da desigualdade com as possibilidades de inclusão social.

Imagem 5 - Instrumentais mais utilizados pelo Serviço Social na Instituição



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

A utilização de recursos e técnicas, aliada à orientação ética-profissional e a vivência³³ humana, possibilita que a assistente social aproxime os usuários das específicas carências ou faltas de acesso a bens e serviços essenciais. A imagem 5 mostra possibilidades desta aproximação, sendo que os itens, na maioria das vezes, são utilizados concomitantemente.

Quando aluno, seu familiar e/ou responsável procuram a Associação há o acolhimento pela assistente social e, a partir disso, é utilizada a ficha social para conter informações específicas das demandas do usuário que proporcionarão o acompanhamento e os encaminhamentos a rede de atendimentos. A escuta sensível funciona como estratégia na obtenção de dados subjetivos não relatados através do acolhimento.

³²Muitas leis nacionais tiveram influência direta ou indireta de acordos internacionais em busca da dignidade humana (ONU, 1998) e de seminários, congressos, discussões globais sobre maneiras de estabelecer a equidade social através de normativas para a respectiva consolidação de direitos.

³³Considera-se o aprendizado através de outros saberes como a influência de outras áreas do conhecimento e da educação informal.

A observação encontra-se no cotidiano através das oficinas e do plantão social. A reunião encontra-se interligada com o planejamento de ações não só do Serviço Social quanto institucional. É um instrumental que proporciona troca de informações e monitoramento que auxiliarão em visitas domiciliares quando as respostas às indagações não se tornarem precisas.

Na imagem 5, são destacados alguns dos instrumentais. Porém, sabe-se que aliando novas técnicas com objetivos de acordo com o projeto ético-político surgem novos instrumentais que auxiliam na identificação e intervenção do profissional. Muitas vezes, há mais de um instrumental em cada atuação servindo como facilitador e estratégia profissional.

As “competências” profissionais (BRASIL, 1993a, art. 4º) são identificadas através da função de gestora que a assistente social também exerce, a qual demanda a busca pelo entendimento em diferentes áreas, como a Administração, Contabilidade, Estatística, dentre outras. Como a Associação não possui recursos próprios, nem governamentais fixos, torna-se necessário utilizar estratégias de captação e de monitoramento constante das ações realizadas na instituição.

Nota-se que a assistente social é empreendedora social, pois visa o ganho de lucro não necessariamente econômico através das atividades das oficinas e do Serviço Social institucional. Há sensibilização contínua através da divulgação nas redes sociais e nas apresentações em outras instituições, onde são levados os resultados positivos que acontecem através da Arte³⁴ que ocorre devido a frequência dos alunos na Associação. Porém, para a efetividade e continuidade das atividades, buscam-se recursos, materiais e serviços que possibilitem o contato dos alunos com a qualidade³⁵ da elaboração /produção final.

As principais características dos direitos humanos são a universalidade, o que quer dizer que todas as pessoas são titulares dos direitos humanos e não podem ser usadas diferenças políticas, sociais ou culturais como pretexto para ofendê-los ou diminuí-los (TELES, 2006, p. 35).

Para que o trabalho realizado caminhe na perspectiva dos direitos humanos, o Serviço Social na Associação visa proporcionar o acesso a materiais e serviços de qualidade sem discriminar os participantes em relação a sua condição financeira,

³⁴Inclui-se a música, movimento e expressão dos corpos de maneira orientada através de técnicas.

³⁵A qualidade não depende apenas de bons materiais nas oficinas, porém estes facilitam a mediação do ensino com a aprendizagem.

preceitos ideológicos, etnia e a outros aspectos psicossociais. É através das diferenças que se montam estratégias para abordagem inclusiva, através das oficinas.

A busca pelos direitos humanos ultrapassa períodos históricos, através de afirmação de grupos sociais e de indivíduos e de resistências contínuas de categorias, influenciando e direcionando ações governamentais e de Estado, assim como da sociedade civil para que os mesmos sejam regulamentados e garantidos na perspectiva inclusiva-social.

A busca pelos direitos sociais é na expectativa de alcance a condições de “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, art. 6º). Direitos que auxiliam na sociabilidade nas diferentes esferas sociais.

Para compreender a Associação Orquestrando Arte na possível mediação aos direitos sociais, busca-se a imediata identificação da instituição na teia da proteção social. Os direitos sociais brasileiros são materializados através da Constituição Federal (1988) na qual prevê-se a possibilidade de equidade social através da perspectiva de que seja necessário reconhecer as diferenças para promover meios de enfrentamento as desigualdades.

Imagem 6 - Parte do percurso dos Direitos Sociais que perpassam a Associação Orquestrando Arte



Fonte: Da autora (outubro de 2017).

A LOAS localiza a Instituição dentro da sociedade civil como possibilidade de acesso dos usuários aos “mínimos sociais” (BRASIL, 1993b, art. 1º) através da

política de assistência social que objetiva “garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993b, art. 1º). Esta lei enfatiza a importância da “proteção social básica” (BRASIL, 1993b, art. 6º) através do contexto familiar e comunitário, sendo que, através da mesma, outras políticas sociais poderão ser alcançadas.

O acompanhamento social que o Serviço Social realiza na Instituição consegue aproximar os alunos/usuários dos direitos sociais. Através do encaminhamento do CAPSi, escolas e, também, da procura individual, ocorre a entrada dos mesmos na Associação, integrante da Política de Assistência Social, sendo que no cotidiano das oficinas os mesmos terão o contato com manifestações da Arte, reforço escolar, incentivo a participação familiar nas atividades, e a probabilidade de acessarem outros saberes que vão além dos conteúdos escolares.

Outros elementos encontram-se dentro do acompanhamento social como o atendimento através do plantão social: desenvolvido diariamente para os alunos e familiares/responsáveis, mediando as relações familiares e sociais e também os encaminhamentos à Previdência Social, para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), à Saúde, para as UBS e ao CAPSi, à Secretaria de Desenvolvimento Social para o acesso ao Bolsa Família, e à empresas, através de recomendação de alunos da Associação para emprego.

Através do acompanhamento social há fortalecimento de vínculos dos alunos e seus responsáveis/familiares com a Instituição. Segundo Assis (2008):

o Acompanhamento Social dos Usuários permite a equipe levantar indicadores sociais da prática do Serviço Social. Ou seja, identificar as demandas como um todo em nível nacional e a partir disso desenvolver um possível “retrato” dos atendimentos do Serviço Social efetuados. (ASSIS, 2008, p. 60).

No acompanhamento social é necessário que haja planejamento das ações que o Serviço Social deseja concretizar. Tendo como orientador o projeto ético-político e os saberes adquiridos através da interdisciplinaridade que permeia a equipe de profissionais da Associação, a assistente social consegue observar o que precisa ser modificado e melhorado nos atendimentos e nas aulas das oficinas.

Verifica-se que o Serviço Social na Instituição é dimensionado de acordo com a PNAS, ao considerar o aluno e seus responsáveis como indivíduos dentro da perspectiva de direitos. O Serviço estrutura estratégias de análises através do acompanhamento contínuo, com o auxílio de técnicas e recursos os quais facilitam a

identificação das demandas, não só do grupo de alunos, como também das especificidades que permeiam os diferentes campos onde encontram-se os usuários.

Quando a Associação Orquestrando Arte disponibiliza atividades diferenciadas e com possibilidade de que os usuários escolham o que gostariam de aprender, trazendo para aquele território os familiares dos alunos, esclarecendo dúvidas em relação às políticas sociais que poderão ser alcançadas e fazendo os encaminhamentos à rede de atendimentos, haverá possibilidade de fortalecimento de vínculos tanto familiares quanto institucionais.

4. 2 VIVÊNCIA DE ESTÁGIO: A ORQUESTRANDO ARTE NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS INSTITUCIONAIS E FAMILIARES

É necessário apontar que antes de projetar algo no campo de estágio, tornou-se imprescindível conhecer a dinâmica institucional, o trabalho do Serviço Social dentro da perspectiva de direitos sociais e características que envolvem o público atendido. A elaboração da análise institucional contribuiu para estes objetivos, pois foi necessário conhecer os documentos institucionais, as práticas realizadas no cotidiano e a constante reflexão dos norteadores profissionais e leis que permeiam as crianças, adolescentes e jovens.

A constante orientação da professora acadêmica e da supervisora de campo mediaram o entendimento da relação teoria-prática profissional. Não foi um direcionamento segmentado, academia-campo, mas, sim, complementar, onde houve o contato contínuo das profissionais com a estagiária que refletia e materializava o aprendizado através da orientação acadêmica e do diário de campo.

O Projeto de intervenção denominado A Orquestrando Arte no fortalecimento de vínculos institucionais e familiares foi idealizado desde o segundo semestre de 2016, na disciplina de Estágio I, porém foi revisado e editado de acordo com o cotidiano no campo de estágio onde verificou-se que havia como demanda a busca pelo fortalecimento de vínculos familiares e institucionais. Apesar do Serviço Social da Associação buscar incessantemente a aproximação das famílias, a tríade orientadora-estagiária-supervisora de campo optou por ratificar esta aproximação por considerar o processo de fortalecimento de vínculos como algo estratégico para

a continuidade da adesão dos mesmos na busca pelos direitos sociais através das oficinas e do atendimento do Serviço Social.

A intervenção da estagiária demandou análise prévia do campo de estágio para que fossem traçados objetivos em consonância dos direitos sociais com as possibilidades de mediação através do terceiro setor, levando a acadêmica ao

exercício de problematizar e posicionar-se perante as exigências postas pela universidade, atendendo a um dos princípios do Código de Ética Profissional (1993), qual seja, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (LEWGOY, 2010, p.153).

Para que as atividades interventivas fossem materializadas através do viés proposto pelo projeto ético-político profissional e aproximassem aspectos teóricos da prática profissional durante o estágio, tornou-se necessário o planejamento de ações de acordo com o público atendido e os objetivos a serem realizados com o mesmo.

Imagem 7 – Cronograma de realização das atividades interventivas: Projeto A Orquestrando Arte no fortalecimento de vínculos familiares e institucionais

PERÍODO	PROCEDIMENTO	PÚBLICO-ALVO	OBJETIVO
ABRIL 2017	AÇÃO INTERVENTIVA : A ORQUESTRANDO ARTE NA MINHA VIDA	GRUPO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	FORTELECIMENTO DE VÍNCULO INSTITUCIONAL
MAIO 2017	AÇÃO INTERVENTIVA COM AS FAMÍLIAS NA OICINA "DA FAMÍLIA"	PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	FORTELECIMENTO DE VÍNCULOS INSTITUCIONAL E FAMILIAR
JUNHO 2017	DEVOLUÇÃO DE DADOS AOS USUÁRIOS	ALUNOS	FORTELECIMENTO DE VÍNCULOS INSTITUCIONAL E FAMILIAR
AGOSTO 2017	DEVOLUÇÃO DE DADOS AOS USUÁRIOS	PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	

Fonte: Da autora (outubro de 2017).

A imagem 7 mostra o cronograma de realização das atividades interventivas da estagiária na Associação Orquestrando Arte. Em abril de 2017, foi executada a primeira ação: A Orquestrando Arte na minha vida, com grupo de crianças e adolescentes, visando o fortalecimento de vínculo dos mesmos com a instituição. A segunda ação foi realizada com as famílias/responsáveis pelos alunos na ocasião da

oficina Da Família, em maio de 2017, restando a devolução de dados aos alunos em junho de 2017 e aos familiares/responsáveis em agosto de 2017.

O objetivo geral foi proporcionar o acesso e sistematizar as informações sobre as atividades já realizadas pela Associação Orquestrando Arte, democratizando os direitos de crianças, adolescentes e jovens, e como objetivos específicos o fortalecimento de vínculos institucionais, através da participação de alunos na elaboração do livro-foto³⁶ e fortalecimento de vínculos familiares com a instituição através da divulgação das atividades no decorrer dos anos.

A Ação interventiva com alunos: A Orquestrando Arte na minha vida aconteceu no dia 12 de abril de 2017, sendo o início, mas não a única ação que contemplou o objetivo geral do projeto, realizado com um grupo de crianças e adolescentes, sendo que um dos objetivos específicos foi o de proporcionar o fortalecimento de vínculos institucionais através da participação de alunos na elaboração do livro-foto.

Esta participação é importante para que os alunos tornem-se protagonistas de suas histórias, afinal, encontram-se sob a perspectiva de acesso a direitos; sendo necessário conhecer suas concepções sobre a Associação e respectivas perspectivas naquele espaço, levando-os a condição de indivíduos atuantes ao considerar suas percepções e consolidar algumas delas na criação de um documento institucional (livro-foto).

A realização desta ação foi em uma das salas de aula da ULBRA, que é ocupada diariamente pela Associação, e contou com a presença de um grupo de crianças e adolescentes. Inclusive, uma voluntária da Instituição, professora de língua portuguesa, auxiliou na condução dos alunos para a sala e no pedido de atenção dos mesmos para a atividade. Foi distribuída uma folha branca, tamanho A4, para cada participante (cedida pela estagiária) e lápis de cor (material da Associação).

³⁶Livro-foto é um produto que contém informações através de imagens e textos.

Imagem 8 - Ação interventiva com alunos



Fonte: Da autora (abril de 2017).

Imagem 9 - Ação interventiva com alunos



Fonte: Da autora (abril de 2017).

A estagiária explicou que a ação fazia parte de uma atividade de estágio do curso de Serviço Social da UFSM e que, futuramente, as produções seriam disponibilizadas no site da Associação e no livro-foto. Eles deveriam desenhar ou escrever o que a Orquestrando Arte representava na vida deles, utilizando a emoção para demonstrar no papel o que gostariam de falar. Foi salientado que o conceito de feio ou bonito sobre as criações não seria utilizado, sendo importante somente a expressão do que sentiam.

A atividade efetivou-se além da perspectiva pedagógica e psicológica. Sem desprezar os referidos saberes, buscou-se aproximar os alunos da Instituição com intencionalidade elencada através do projeto ético-político na direção de entendimento das expectativas e convicções dos usuários.

atendimento e, por consequência, sentirem-se pertencentes ao grupo e à instituição, proporcionando assim o fortalecimento de vínculos. Assim, para a efetivação deste objetivo, necessita-se:

[...] realizar ações que permitam ao usuário apropriar-se, ou pôr em prática, uma capacidade de realização pessoal e social; e também torne mais fortes suas relações no âmbito da família, da vizinhança e das associações coletivas de representação de seus interesses, o que o torna conhecido e (re)conhecido nos seus lugares de vivência, circulação e atuação pública. (BRASIL, 2013, p. 9).

Através da participação dos alunos em suas manifestações pelo desenho ou escrita e posterior divulgação de suas produções, há probabilidade de torná-los protagonistas da criação do documento institucional que se tornará o livro-foto. Na aproximação dos alunos com a instituição, torna-se possível que compreendam o espaço onde se encontram que os aproxima do acesso às políticas sociais através do atendimento do Serviço Social e da dinâmica institucional como o acesso a diferentes manifestações da Arte.

Segundo as orientações da professora-orientadora acadêmica, esta ação de estágio deveria ir além de uma atividade meramente pedagógica, seria necessário olhá-la com intencionalidade, isto é, utilizando aquele momento como potencializador profissional. Isto não quer dizer que o “olhar pedagógico” seja menos ou mais importante dentro dos saberes, porém o estágio em questão refere-se ao curso de Serviço Social que se utiliza, muitas vezes, de recursos e materiais de outras áreas. O significado, porém, que se dá aos produtos coletados são diferenciados dos outros profissionais quando o norteador de ações passa a ser o Projeto ético-político do assistente social.

A estagiária visou a participação dos usuários e o fortalecimento de vínculos com a Associação que atua como instituição da Política de Assistência Social. Todos participaram de maneira tranquila e individual. Foi pedido que colocassem seu nome e o instrumento musical ou atividade que exerciam na Associação. Ainda se deixou espaço para que, se alguém não quisesse que o trabalho fosse exposto, teria a liberdade de comentar com a estagiária ou a voluntária e o trabalho não seria divulgado.

A adesão foi total na atividade que durou 45 minutos. Ao final, agradeceu-se a participação de todos, pedindo-se que eles colaborassem³⁷ com a organização daquele local guardando os lápis de cor dentro do recipiente onde ficam armazenados. Em seguida, a professora voluntária orientou que fizessem a fila para se deslocarem para o espaço de ensaio instrumental. As criações feitas pelos alunos foram recolhidas, escaneadas (pois constaram no livro-foto) e entregues à assistente social, que posteriormente pediu auxílio para estagiária e autora deste relatório a fim de colocá-los em exposição nas dependências da Instituição.

No dia 20 de maio de 2017, foi realizada outra ação interventiva, porém com os familiares dos alunos, utilizando o levantamento de dados através de questionário, com os pais e/ou responsáveis pelos alunos da Orquestrando Arte os quais foram até a reunião que acontece trimestralmente, também chamada de oficina “Da Família”.

A ação interventiva com as famílias aconteceu na entrada para Associação. Após um representante da família assinar a ata de presença, que ficou sob responsabilidade de um secretário da instituição, o mesmo acompanhava os participantes até ao espaço onde acontecia o procedimento da estagiária.

Imagem 11 - Abordagem da estagiária na ação com as famílias



Fonte: Da autora (maio de 2017).

³⁷Nas atividades diárias nas oficinas os alunos são orientados a guardar os materiais após utilizarem. É considerada uma prática dentro da Associação.

Foram explicados os objetivos do levantamento e aplicou-se o questionário. Foram realizadas três perguntas aos pais/responsáveis: 1) O que é a Associação Orquestrando Arte para você? Como você enxerga as atividades desenvolvidas pelo Programa Orquestrando Arte?; 2) Você nota alguma mudança no comportamento do aluno na escola ou em casa desde que começou a frequentar este local?; 3) Você tem alguma dica, sugestão ou reclamação?

Ratificou-se sobre a importância da participação das famílias nas ações promovidas pela Associação, pela oportunidade de opinarem sobre o trabalho realizado através das oficinas e também refletir sobre as mudanças acontecidas na vida do aluno na dimensão escolar e familiar. Após o preenchimento, direcionou-se as pessoas para o interior do salão onde aconteceram as atividades com a assistente social, professores e alunos.

Previamente, as questões foram elaboradas com o auxílio da supervisora de campo que destacou a importância de o usuário entender a ação proposta de maneira que a linguagem fosse clara, objetiva e, ao mesmo tempo, convidativa à opinião daquelas pessoas. É através da linguagem clara que os assistentes sociais, e também estagiários, conseguirão transmitir informações precisas aos usuários, tornando possível o entendimento do que será realizado e respeitando assim suas limitações. Torna-se necessário desburocratizar procedimentos que impedem as pessoas de conhecerem o processo no qual se inserem.

Alguns fatores prejudicaram a participação na pesquisa como o clima, pois estava chuvoso, distância física da instituição e horários eventuais de transporte coletivo até a mesma. Mesmo assim, participaram trinta e uma pessoas, pais e/ou responsáveis por aluno. Ainda, três pessoas chegaram atrasadas, porém foram informadas que poderiam responder as questões no final das apresentações. No entanto, apenas uma pessoa retornou ao final das atividades. O código de ética prevê a participação dos usuários no acesso às informações e possibilidade de interação no trabalho do Serviço Social:

[...] garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código. (BRASIL, 1993, art. 5º).

O atendimento às famílias como o que ocorre nesta oficina proporcionam o estreitamento de vínculos dos familiares com a instituição e vice-versa. Assim como a oportunidade de os usuários compreenderem o contexto onde encontram-se os alunos e tirarem suas dúvidas caso as tenham.

Os questionários foram entregues à assistente social da Associação para que fossem analisados pela mesma e auxiliarão no planejamento de novas atividades, mudanças de ações e reflexões levando em consideração a opinião dos pais/responsáveis sobre aquela instituição. Como parte do projeto interventivo, a estagiária socializou os dados coletados e as análises com os usuários.

4. 2. 1 A devolução de dados aos usuários através do livro-foto

O funcionamento institucional, seu desenvolvimento e fortalecimento enquanto associação necessita de registros documentais como a construção do livro-foto que trouxe uma “visão histórico-social” do que está sendo realizado pela Instituição, visou o fortalecimento de vínculos dos alunos e familiares/responsáveis e proporcionou a devolução de dados aos envolvidos. O livro-foto foi importante estratégia para o conhecimento sobre a história da instituição.

Auxiliou na retomada dos dados e divulgação de informações do que estava sendo realizado na Associação Orquestrando Arte desde seu início, em 2014, o número de alunos, a variedade de instrumentos musicais, fotografias da dinâmica oferecida pelas oficinas e pelo Serviço Social. Tanto a ação interventiva com os alunos, quanto com os pais e/ou responsáveis constaram no conteúdo do livro-foto.

Imagem 12 - Composição do livro-foto - capa do livro



Fonte: Da autora (novembro de 2017). Fotos internas: Fabiano Machado

Imagem 13 - Composição do livro-foto - Leis e norteadores de ações institucionais



Fonte: Da autora (novembro de 2017). Fotos internas: Fabiano Machado

Imagem 14 - fotos das ações com pais/responsáveis e com alunos, síntese do questionário com os pais/responsáveis



Fonte: Da autora (novembro de 2017). Fotos internas: Fabiano Machado

Imagem 15 - Algumas fotos dos desenhos dos participantes.



Fonte: Da autora (novembro de 2017). Fotos internas: Fabiano Machado

O livro-foto elaborado pela estagiária através de recursos próprios contou com a participação de alunos, onde acrescentou-se leis e normativas que abrangiam os direitos sociais das crianças, adolescentes, jovens e Pessoas Com Deficiência. No total, foram 23 páginas, sendo inseridos: 64 fotos de alunos/instrumentos, 21 desenhos, 10 informações institucionais (contendo parte do Estatuto-2014/ dinâmica das oficinas/Serviço Social/Rede de Atendimento/dados atualizados dos atendimentos), 4 leis que tratam sobre inclusão, compilação do questionário

realizado em ação interventiva com as famílias. A estagiária proporcionou uma cópia para que ficasse armazenado na Associação, enquanto que o original fosse disponibilizado aos alunos, familiares/responsáveis e sociedade no geral.

O livro-foto facilitará no desenvolvimento de levantamento de dados e pesquisas sobre a Instituição e também auxiliará no planejamento de intervenções naquele espaço. Neste sentido, a análise dos dados qualitativos e quantitativos registrados através deste instrumento facilitaram a compreensão da realidade institucional.

A exposição e devolução de dados para os alunos foi realizada dia 30 de junho de 2017 (ver imagem 16), tanto aos alunos da manhã quanto aos da tarde. Foi explicado o processo de montagem do livro-foto, o objetivo de sua confecção e enfatizou-se a importância da participação dos alunos através dos desenhos. Falou-se sobre os direitos da criança, adolescente e jovem na sociedade, assim como os deveres. Apontou-se o crescimento institucional através dos anos e a importância do acesso à Arte e à educação integral. Foi informado aos alunos que o livro-foto estaria disponível na Associação aos cuidados da assistente social e que todos poderiam acessá-lo.

Imagem 16 - Devolução de dados aos alunos da tarde



Fonte: Da autora (junho de 2017).

Percebe-se que as ações interventivas de estágio demandam planejamento, onde pontuam-se os objetivos, metodologia, impacto social, dentre outros, motivo pelo qual o estágio possui etapas diferenciadas no contato dos estudantes com as

manifestações da questão social. As bibliografias estudadas nas aulas teóricas complementam-se com a prática profissional em movimento dialético de aprendizagem. A inserção no campo também é etapa fundamental para pensar em intervenção.

Na Associação Orquestrando Arte, além das etapas mencionadas, o cotidiano auxiliou no processo de crescimento da estagiária que foi ao encontro das orientações da professora acadêmica e da assistente social e supervisora de campo que construíram conjuntamente o processo interventivo.

No geral, os procedimentos utilizados na intervenção foram construtivos. Fez-se o fortalecimento de vínculos familiares e institucionais nas diferentes ações, proporcionando o acesso dos usuários, incluindo as famílias, na elaboração e construção do livro-foto, além de “dar voz” aos sentimentos que os mesmos possuem pela Associação. A divulgação de informações sobre os direitos dos indivíduos em sociedade e o apontamento do crescimento institucional também são importantes como forma de esclarecimento do que está sendo realizado.

Durante o final do semestre não foi possível dar o retorno aos pais/responsáveis sobre o construto final, o livro-foto. No entanto, no mês de agosto deste ano (2017), durante a oficina “Da Família”, os dados levantados foram devolvidos para os familiares através do livro-foto.

Imagem 17 - Devolução dos dados aos familiares dos alunos



Fonte: Da autora (agosto de 2017).

A abordagem com as famílias foi realizada anteriormente a oficina, quando já estavam sentados no salão. Os dois livros-foto transitavam entre as pessoas que olhavam atentamente as imagens e escritas. A estagiária abordou discretamente

cada um deles, tanto no início da oficina quanto no decorrer da mesma explicando que aquele livro-foto era um produto sobre a instituição, contendo leis, informações e fotografias que contou com o auxílio dos desenhos de um grupo de crianças e adolescentes (ação interventiva com alunos) e que continha o resultado do levantamento (ação interventiva com as famílias) realizado meses atrás com os familiares. Importante destacar o conceito de cidadania que, segundo Coutinho (1997),

cidania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (COUTINHO, 1997, p.146).

A questão da cidadania é prevista no projeto ético-político do assistente social, por isso deve ser destacada dentro da Associação Orquestrando Arte, a qual faz parte da PNAS que visualiza os indivíduos na posição de sujeitos de construtos e de direitos sociais e não na perspectiva de mero assistencialismo.

Imagem 18 - Assistente Social com as famílias na oficina Da Família



Fonte: Da autora (agosto de 2017).

A assistente social auxiliou na comunicação com os familiares (ver imagem 18) enfatizando na importância do livro-foto para a Associação como um documento informativo e construído com a participação de todos. Ratificou que o mesmo ficaria disponível na instituição para o acesso de todos.

Os materiais elaborados durante as ações interventivas ficaram à disposição da assistente social e contribuirão para informação, levantamento, pesquisa, captação de recursos e de informativo às famílias e a sociedade no geral.

Conclui-se que o processo interventivo proporcionou o contato da estagiária com a prática profissional utilizada principalmente no Terceiro Setor. A demanda no planejamento de ações requer diários de campo reflexivos e leitura contínua aliando-se as orientações acadêmicas e vigilância às diretrizes profissionais. A possibilidade dos alunos e dos pais/responsáveis participarem de ações na instituição fortalece o conceito de cidadania em prol dos direitos sociais.

Através das demandas dos usuários e de suas reflexões acerca da Associação Orquestrando Arte, há possibilidade de novas intervenções e de serem repensadas as ações em andamento. Inclusive, os dados coletados auxiliarão pesquisadores a construir estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais dos usuários e a refletirem sobre a importância do assistente social no Terceiro Setor.

Além do livro-foto ficar disponível aos alunos, seus familiares/responsáveis e estagiários da Associação, o mesmo poderá ser utilizado para captação de recursos pela assistente social junto a empresas, pois nele mostra-se parte do trabalho desenvolvido, fundamentação teórica ao constar as leis que regem a Instituição, além de imagens que proporcionam o entendimento da dinâmica das oficinas.

Entende-se que o livro-foto se transformou em um documento institucional participativo através da organização dos dados que, juntamente com outros documentos como o estatuto institucional e as atas de reuniões, servirá de recurso profissional tanto institucional quanto do Serviço Social. Ratifica-se que o livro-foto tornou-se o produto final de estágio, no entanto, precisou de ações propositivas que objetivassem o fortalecimento dos vínculos institucionais e familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A materialização deste trabalho auxiliou na perspectiva de aproximar as concepções teóricas estudadas na graduação em Serviço Social com a prática profissional através da mediação da organização da sociedade civil aos direitos sociais. Verifica-se que o planejamento de ações se tornou indispensável para o

entendimento do contexto dos usuários na Associação Orquestrando Arte, pois através dele foi possível compilar os dados coletados de acordo com as especificidades verificadas através das demandas.

Acredita-se que nestas considerações há informações relevantes sobre aspectos que aproximam os indivíduos dos direitos sociais através do terceiro setor, especificamente por intermédio das oficinas e da atuação do Serviço Social na Associação Orquestrando Arte. A variedade de oficinas na Instituição contribui para o acesso de crianças, adolescentes e jovens à possibilidade de escolhas, acompanhamento escolar, familiar e, de modo geral, social. Somando-se a isso, o plantão social disponível aos alunos e estendido aos familiares/responsáveis auxilia no fortalecimento de vínculos familiares e também institucionais na perspectiva da cidadania.

Embora o Estado tenha a responsabilidade de proporcionar direitos por meio de políticas sociais e públicas, não consegue abranger todos os indivíduos nos quais recorrem à instituições como forma de acessarem-nas. Essa situação não seria a ideal, pois o compromisso do Estado com a sociedade não se cumpre diretamente. No entanto, ratifica-se o Terceiro Setor como estratégia de aproximação aos direitos pela proximidade com as demandas que os usuários manifestam.

Percebe-se que, apesar do Estado não abranger com totalidade a garantia de direitos sociais, há possibilidade dos indivíduos os acessarem através do Terceiro Setor. É neste contexto que o assistente social torna-se o mediador e proponente de medidas que vão ao encontro da equidade e da justiça social. No entanto, ao profissional sugere-se constante reflexão no direcionamento do projeto ético-político e na capacitação continuada para que os indivíduos sejam visualizados de acordo com as particularidades, porém com possibilidade de incluírem-se socialmente.

O papel do assistente social no Terceiro Setor é imprescindível para que a PNAS seja cumprida, isto é, que o acesso às políticas sociais e públicas seja materializado na perspectiva de direitos e não apenas de doações. Isto requer contextualizar a profissão no sistema capitalista a fim de reconhecer as possibilidades de mediações, distanciando-se de práticas nas quais eram utilizadas anteriormente ao Movimento de Reconceituação.

O projeto ético-político do assistente social ao mediar as relações da sociedade civil com o Estado consiste na busca de informações acerca das leis, decretos e regulamentações que solidificam suas ações. Em consonância, o profissional deverá buscar mecanismos que identifiquem a melhor intervenção de acordo com cada manifestação da questão social.

Sabe-se que há liberdade profissional consolidada através da Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993a). Entretanto, as instituições nas quais os assistentes sociais encontram-se vinculados condicionam o trabalho profissional de acordo com objetivos institucionais, restando ao assistente social reconhecer-se na condição de trabalhador, porém observando os preceitos elencados através do projeto ético-político.

A gestão institucional é possível para os assistentes sociais. O planejamento de ações, tanto profissionais, quanto institucionais revela quais objetivos que se deseja alcançar. No terceiro setor, sabe-se que há possibilidade de assistentes sociais tornarem-se empreendedores sociais ao buscarem recursos visando lucros, não necessariamente monetários, mas, sim, as possibilidades de inclusão social.

Ratifica-se a importância do estágio curricular na Associação Orquestrando Arte como fonte de aprendizado do Serviço Social, visto que proporciona atividades diárias à escolha dos usuários e também o acompanhamento da assistente social desde o acolhimento institucional, encaminhamentos à rede de atendimento e aos projetos sociais elaborados para elencar recursos que visualizam melhorias nas oficinas e novas propostas de intervenção.

A Associação contribui para o acesso aos direitos sociais que se dá através do fortalecimento de vínculos institucionais e familiares nas oficinas e na mediação da assistente social. No entanto, a busca por esta consolidação deverá ser constante para que as manifestações da questão social sejam desveladas através do cotidiano. É nesta linha de reflexões que se construiu o projeto interventivo da estagiária ao proporcionar espaço de manifestações aos alunos e familiares/responsáveis para que pudessem informar o que representa a Associação e quais as mudanças a serem apontadas.

A intervenção contou com as bibliografias utilizadas no curso Serviço Social com as orientações da professora universitária, a frequência no campo e a

supervisão da assistente social da Associação Orquestrando Arte. Estes elos se complementaram para que a estagiária compreendesse singularidades da profissão e, ao mesmo tempo, buscasse o fortalecimento dos vínculos institucionais e familiares.

Foi através de desenhos que um grupo de alunos mostrou individualmente o significado da Associação na vida deles e também contribuíram para a elaboração do livro-foto institucional, documento que auxiliará na arrecadação de recursos e servirá como fonte de consulta dos alunos e familiares/responsáveis e base de devolução dos resultados para a sociedade no geral sobre a dinâmica institucional e seus objetivos.

Aos familiares/responsáveis utilizou-se questionário com perguntas selecionadas, porém abertas para que estes também pudessem se expressar sobre o sentimento que possuem sobre a Instituição e sugestões acerca do trabalho desempenhado. Os mesmos, assim como as crianças, sabiam que a compilação dos dados coletados seria divulgada através do livro-foto e repassada a Associação para que conhecessem suas reivindicações e ideias. A adesão às atividades foi livre e passível de anonimato.

Houve devolução dos procedimentos interventivos aos usuários onde enfatizou-se a importância da participação de todos no construto do livro-foto, considerando-os como sujeitos daquela dinâmica e fortalecendo os vínculos dos mesmos com a Associação. Ao aproximar as famílias da Instituição também haverá possibilidade de fortalecimento do vínculo familiar, pois constroem-se estratégias de atuação profissional de acordo com as demandas apresentadas e enfatiza-se a cidadania como possibilidade de escolha e de mudanças.

Por fim, entende-se que a Associação Orquestrando Arte através das suas práticas incentiva a participação dos familiares nas decisões institucionais e, através das diferentes oficinas, consolida o direitos dos alunos a escolherem caminhos que levam a Arte através da música, dança e teatro, aliada à construção de cidadania e ao acesso à educação, assim como ratifica-se o Serviço Social institucional em consonância com as oficinas e na intervenção aos direitos sociais em busca da igualdade social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 8 de novembro de 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em: outubro de 2017.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 127, p. 456-475, set./dez., 2016.

ALMEIDA, F.. **O bom negócio da sustentabilidade**. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.fernandoalmeida.com.br/livros/livro-fernando-almeida-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.

ANTUNES, R. L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AUGUSTO, M. H. O. Políticas Públicas, Políticas Sociais e Políticas de Saúde: Algumas questões para reflexão e debate. **Revista Sociologia e Tempo Social**, p. 105-119. São Paulo: USP, 1989.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2.ed. São Paulo: Veras-Lisboa, 2007.

BASTOS, R. L. A. Desemprego tecnológico. In.: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Vozes Petrópolis e Ed. da UFRGS, 2002.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, I. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In.: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais.

CFESS/ABEPSS. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. V. 1). Brasília, 2009. Disponível em: <https://issuu.com/casesounb/docs/seguridade_social_no_brasil_conquis>. Acesso em out. 2016.>. Acesso em julho de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil.

_____. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005, reimp. 2009.

_____. **Lei nº 12.594**, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

_____. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CARVALHO, M. do C. B. de. Introdução à temática da gestão social (adaptado). In: ÁVILA, C.M. **Gestão de projetos sociais**. 3ª ed. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. 1993. 10ª ed. rev. atual. Brasília, 2012.

_____. **Resolução n. 443**. Resolução que institui procedimentos para a realização de desagravo público. Brasília, 2003.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **30 anos do Congresso da Virada**. São Paulo, 16 de nov. 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: setembro de 2017.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. **Revista Praia Vermelha**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 1/sem. de 1997. p. 145-165.

CRESS-MG. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 6ª região. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**. Minas Gerais, n. 3, ano 2, 2º sem. 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

CRESS-RJ. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. **Serviço Social**. CRESS/7ª Região-RJ. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>>. Acesso em: setembro de 2017.

CUNHA, M. P. **Os andaimes do novo voluntariado**. São Paulo: Cortez, 2010.

DESLANDES, S. F. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

DORNELLES, J. R. W. O desafio da violência, a questão democrática e os direitos humanos no Brasil. In **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 29, v. 9, p. 213-221, jul/dez de 2006.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In.: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 81, ano XXVI, mar. Cortez, 2005.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

FAQUIN, E. S. **O Serviço Social brasileiro e os rebatimentos das transformações contemporâneas: a dimensão política da profissão**. Congresso Catarinense de assistentes sociais, de 22 a 24 de agosto de 2013. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-servi%C3%A7o-social-brasileiro-e-os-rebatimentos-das->

transforma%C3%A7%C3%B5es-contempor%C3%A2neas.pdf>. Acesso em: julho de 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOIN, M.; RENDUELES, C.; PRATES, J.C. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e o espanhol. In.: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 125, p. 64-84, jan./abr. Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões Ético-Políticas e Teórico-Methodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In.: MOTA, A.E. et al. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: Ensaio crítico. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canvieira paulista. São Paulo: Cortez, 2012.

LEWGOY, A. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, A. N. de. **Terceiro Setor**: definição e marco legal. In Legislação sobre o terceiro setor. Legislação sobre o terceiro setor: dispositivos constitucionais, decretos-leis, leis, medidas provisórias e decretos federais sobre sociedade de utilidade pública e organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) / Câmara dos Deputados. Edições Câmara (Série legislação; n. 258 PDF). ISBN 978-85-402-0538-3 (PDF). Brasília, 2016.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, S. R. de. **Sociedade Civil em Gramsci**: Venturas e desventuras de um conceito. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7sneq/docs/001.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

MENEZES, F. C. de. O Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 103, p. 503-531, jul. /set., 2010.

MOTA, A. M. A. Projeto ético-político do Serviço Social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul. 2011

MYNAIO, M. C. de S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Brasília, 1999. Disponível em: < http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.

NETTO, M. R.; SILVA, I. M. F. Desemprego, Precarização e Informalidade: perspectivas do neoliberalismo no mundo pós-crise?. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 102-112, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, C. et al. Direitos sociais: repercussões no cumprimento de penas privativas de liberdade. In.: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 81, p. 102-116, ano XXVI, mar. Cortez, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: outubro de 2017.

Orquestrando Arte. Estatuto Institucional. 2014.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Política Social. In: FERNANDES, R.M.C. HELLMANN, AL. **Dicionário crítico**: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p. 204-206.

PORTES, L. F.; PORTES, M. F. Os instrumentos e técnicas enquanto componentes da dimensão técnico-operativa no Serviço Social: Aproximações acerca da observação e da abordagem. In: LAVORATTI, C.; COSTA, D. **Instrumentais técnico operativos no Serviço Social**: Um debate necessário. Estúdio Texto: Ponta Grossa, 2016.

Prefeitura BH. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social**. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

RAICHELLIS, R. O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 Anos Depois. In.: CFESS. **O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/livrosite_seminariocontrolesocialCFESS-CRESS.pdf> Acesso em: julho de 2017.

REPENTE. Participação popular na construção do poder local. **Controle social das políticas públicas**. Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, n. 29. Ago., 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1058/1058.pdf>>. Acesso em: julho de 2017.

RIZOTTI, M. L. A. Estado e Sociedade Civil na História das Políticas Sociais Brasileiras. **Seminário: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina, v. 22, set/01 p. 39-56, 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/viewFile/3873/3112>>. Acesso em: julho de 2017.

SAMPAIO, I. M. G. G. **Manuais de Serviço Social: terceiro Setor e Serviço Social**. Salvador: SANAR, 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. F. S. da. **Serviço Social: resistência e emancipação?**. Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. O. da S. e (Coord.). **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, R. S. da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

SILVEIRA, T. G. da. **Planejamento e Gestão na Responsabilidade Social: desafios para o Serviço Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2016. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/tamiris-g-silveira---dissertacao-mestrado.pdf>>. Acesso em: novembro de 2017.

TELES, M. A. de A. **O que são direitos humanos das mulheres**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TORRES, M. M.; LANZA, L. M. B. Serviço Social: Exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas. **Argumentum**. Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 197-215, jan./jun. 2013.

VASCONCELOS, A. M. de. **A/O assistente social na luta de classes:** Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

WOLECK, A. **O trabalho, a ocupação e emprego:** uma perspectiva histórica. Instituto Catarinense de Pós-graduação, n. 1, p. 1-15. Blumenau, 2002. Disponível em: <<http://posuniasselvi.com.br/artigos/rev01-05.pdf>>. Acesso em: junho de 2017.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio-_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf>. Acesso em: setembro de 2017.